



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS
ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS
DIREITOS DOS DIREITOS HUMANOS – REALIZADA NOS DIAS 12 E 13 DE
MARÇO DE 2015

Nos dias 12 e 13 de março de 2015 realizou-se a 3ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, gestão 2014-2016, na Sala Plenária do 10º andar da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República em Brasília/DF, com os seguintes pontos de pauta: 1ª) aprovação da Ata da 2ª RO; 2º) informes (greve da Polícia Civil de Tocantins, caso Cabula, caso Prefeito de Milagres-CE e reunião com Secretário da SENAD); 3º) procedimentos transitórios de tomada de decisão do CNDH; 4º) comunicação Interna, 5º) aprovação do texto final da Minuta de Regimento Interno; e 6º) XII Conferência Nacional de Direitos Humanos – Dezembro de 2015 (calendário de atividades da CO e discussão do tema, eixos, regimento interno, documento orientador, transversalidade da temática). Estiveram presentes na reunião os seguintes representantes: **da sociedade civil - Ivana Farina Navarrete Pena** (Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União - CNPG, titular); **Cristian Trindade Ribas** (Coletivo Nacional de Juventude Negra - ENEGRECER, titular); **Fabio Belloni** (Associação Brasileira de Saúde Mental- ABRASME, suplente); **Adelar Cupsinski** (Conselho Indigenista Missionário - CIMI, titular); **Helena Martins do Rêgo Barreto** (Intervozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social, titular); **Leonildo José Monteiro Filho** (Movimento Nacional da População de Rua - MNPR, titular); **Rildo Marques de Oliveira** (Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH, titular); **Darci Frigo** (Plataforma de Direitos Humanos - Dhesca Brasil, titular); **Maria Dirlene Trindade Marques** (Rede Nacional Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, RNFS, titular); **Maria Madalena Nobre** (Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down - FBASD, suplente da RNFS); **do poder público - Ideli Salvatti** (Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR, titular); **Wellington Pantaleão da Silva** (Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR, suplente); **Aurélio Virgílio Veiga Rios** (Procuradoria Geral da República, suplente); **Silvana Abramo** (Entidade de Magistrado, Conselho Nacional de Justiça, suplente); **Alexandre Peña Ghisleni** (Ministério das Relações Exteriores – MRE, titular); Pedro Saldanha (Ministério das Relações Exteriores – MRE, suplente); **Gabriel de Carvalho Sampaio** (Ministério da Justiça – MJ, titular); **Vladimir Sampaio Soares de Lima** (Ministério da Justiça – MJ, suplente); **Célio Jacinto** (Polícia Federal – PF, suplente); **Claudionor Barros Leitão** (Defensoria Pública da União – DPU, suplente). **Coordenação CNDH: Maria Gutenara Martins Araujo** (Coordenadora-Geral do CNDH), **Cristiane de Castro da Cruz** (assessora do CNDH), Cláudio Picanço Magalhães (assessor do CNDH), Lohana Campos (secretária do CNDH), Priscila

Beatriz Gonçalves (Secretária do CNDH). **Demais participantes: Bruna Lóssio** (Assessora da conselheira Luciana Lóssio), **Igor Valois** (PFDC-MPF), **Olmair Klich** (MNDH), **Marcelo Bessa** (CONSEA-PR), **Danilo Machado** (SE-SDH/PR). A reunião foi aberta pelo Vice-presidente interino, **Cristian Ribas (Enegrecer)** que saudou a todos os conselheiros e conselheiras presentes e anunciou a presença da Dra. Silvana Abramo, suplente da Dra. Luciana Lóssio, representante do Conselho Nacional de Justiça - CNJ e do Dr. Célio Jacinto dos Santos, suplente do Dr. Ronaldo Guilherme, representante da Polícia Federal. Em seguida, disse que, como a ata da 2º reunião ordinária havia sido enviada no dia anterior à 3º reunião ordinária, muitos não tiveram condições de fazer a leitura, sendo assim, propôs que a aprovação da mesma fosse feita na 4º reunião ordinária. O conselheiro **Aurélio Rios (PDFC)** comunicou que não teve condições de fazer a leitura da ata, no entanto, em confiança, aprovaria, e sugeriu que caso algum conselheiro tenha alguma observação a fazer que seja aberto um prazo para as considerações. A Coordenadora-geral **Maria Gutenara** pediu desculpa pela demora do envio da ata da 2º reunião ordinária. Disse que sua intenção é de enviar a ata pelo menos uma semana antes das reuniões, contudo, explicou que a gravação estava quase incompreensível, principalmente por conta da segunda parte da reunião em que aconteceu o debate sobre as relatorias das comissões e grupos de trabalhos, por isso a demora. A conselheira **Maria Dirlene (RFNS)** reiterou a proposta do conselheiro Aurélio Rios e sugeriu que ao invés de fazer a leitura naquele momento, que fosse dado um prazo de dois dias aos conselheiros para que pudessem enviar as sugestões, no caso dia 16 de março de 2015, e na próxima reunião fazer a aprovação. O Vice-presidente interino **Cristian Ribas (Enegrecer)** concordou com as propostas de aprovação da ata. Em seguida, comunicou que o conselheiro Darci Frigo teria uma proposta de alteração na pauta e passou a palavra para o conselheiro apresentá-la. O conselheiro **Darci Frigo (Dhesca Brasil)** comunicou que em dezembro os representantes da sociedade civil havia solicitado uma reunião antes das reuniões ordinárias para serem discutidos os pontos de pautas com intuito de que no dia da reunião ordinária pudessem apresentar propostas e encaminhamentos concretos sobre os temas. Entretanto, não foi feita essa plenária, sendo assim propôs que o Conselho deixasse para tratar do tema das conferências no segundo dia de reunião, de tal modo que os representantes da sociedade civil pudessem se reunir anteriormente para dialogar sobre algumas questões que dizem respeito a esse tema. Em seguida, falou da necessidade do conselho organizar sua dinâmica e questionou quem irá tomar as decisões emergenciais. A conselheira **Helena Barreto (Intervozes)** saudou a todos e desejou uma boa reunião. Informou que havia feito uma proposta por e-mail sobre a pauta que seria o Conselho tratar sobre o processo de tomada de decisão na primeira parte da reunião daquele dia e, no segundo dia, que a reunião trabalhasse com o desdobramento em relação à Conferência e os casos que pedem encaminhamentos. Em seguida o Vice-presidente interino **Cristian Ribas (Enegrecer)** encaminhou a alteração dos pontos de pauta, e a Coordenadora-geral **Maria Gutenara (CNDH/SDH)** distribuiu a nova versão da pauta. O Vice-presidente interino **Cristian Trindade Ribas (Enegrecer)** pediu que os conselheiros garantissem as inscrições e mantivessem um prazo de cinco minutos em cada fala. Em seguida abriu inscrições para os informes. Comunicou que já havia quatro informes que foram

previamente propostos via e-mail, quais sejam, a Greve da Polícia Civil de Tocantins; o Caso Cabula; Caso Prefeito de Milagres – CE e a Reunião com o secretário da SENAD. O conselheiro **Fabio Belloni (ABRASME)** fez um adendo no informe a respeito da reunião com o Secretário do SENAD lembrando que já haviam discutido na 2ª reunião ordinária um pouco sobre a regulamentação das Comunidades Terapêuticas, que foi o que desencadeou a possibilidade dessa reunião com Secretário. O Vice-presidente interino **Cristian Trindade Ribas (Enegrecer)** abriu os informes relatando sobre o caso da greve da Polícia Civil do Estado de Tocantins. Informou que a Polícia estaria em greve a mais ou menos duas semanas. Isso por que o último governador concedeu um conjunto de aumento para os policiais civis e militares, no entanto, a Procuradoria Geral do Estado e o Tribunal de Contas consideraram essas medidas um ato de improbidade administrativa e suspenderam o aumento. Esse aumento elevaria o valor do salário inicial de onze mil reais para vinte mil reais. O conselheiro cientificou que o único serviço mantido foi o de registro de homicídios, sendo assim, a greve ocasionou uma série de problemas, sendo a mais grave relacionada ao sistema carcerário. Desde o início da greve foram suspensas a visita dos familiares dos presos, bem como proibida a entrada da OAB, de advogados e de defensores de direitos. Em relatos obtidos, o conselheiro disse que os presos estão sendo torturados fisicamente e psicologicamente, estão sem banho de sol e sem comida, em especial nas unidades de Palmas. Informou que junto com o Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Palmas apresentaram uma denúncia relatando a situação dos presos para a Secretaria de Defesa Social. Nesse sentido, sugeriu ao Conselho a elaboração de um documento, para ser apresentado no final do 2º dia de reunião, contendo recomendações ao Governo do Estado de Tocantins em relação a esse caso. A conselheira **Ivana Farina (CNPJ)** se voluntariou a elaborar a recomendação, contudo, salientou que se o caso já estiver judicializado o Conselho não poderá intervir. O conselheiro **Fabio Belloni (ABRASME)** questionou a participação do Conselho de estado e do município no caso. O Vice-presidente interino **Cristian Ribas (Enegrecer)** respondeu dizendo que o Conselho Municipal não está funcionando organicamente e que o Conselho Estadual não está investigando com profundidade esse caso. Informou que quem de fato está atuando é o Centro de Direitos Humanos de Palmas. Após o esclarecimento, deu início ao segundo informe: Caso Cabula. A respeito desse caso o conselheiro **Aurélio Rios (PFDC)** sinteticamente explicou que esse caso trata de uma chacina envolvendo policiais militares. Informou que esteve em Salvador na semana que antecedeu a reunião por ocasião do encontro do Grupo Nacional dos Direitos Humanos do Conselho Nacional de Procuradores Gerais de Justiça, e aproveitou a oportunidade para marcar uma conversa com o Procurador Geral de Justiça do Estado da Bahia, Dr. Marcio Fael, para verificar exatamente como é que estava o andamento da investigação sobre o massacre em Cabula. O conselheiro falou que o Procurador Geral o recebeu em seu gabinete juntamente com o Promotor de Justiça, Dr. Raimundo Moinhos, que é um dos seis membros indicados para formar o grupo de acompanhamento dessa investigação. O Procurador Geral indicou seis membros do Ministério Público, três deles integrantes do grupo de controle externo e três do tribunal de júri, e que escolheu esses seis membros por terem autonomia e independência funcional e por terem experiência, inclusive, em júris em que os réus

foram policiais militares. Com relação ao andamento das investigações, informou que soube que o grupo de acompanhamento estaria aguardando a entrega dos laudos cadavéricos, pois essa documentação será fundamental para a compreensão da dinâmica dessas mortes e para compreender o que realmente ocorreu em Cabula. O conselheiro relatou ainda que esteve com o Grupo Reaja ou Será Morto e que estão preocupados com o grau de intimidação dos moradores da localidade e que as testemunhas têm sido pressionadas a se manterem caladas. Em conversa ficou clara a desconfiança dos movimentos sociais da Bahia em relação aos órgãos do estado, principalmente pelas declarações de apoio feitas pelo governador sobre o massacre. Comunicou que esteve também com o Procurador da República, Edson Abdo, que abriu inquérito civil para verificar a inserção dos órgãos estaduais para lidar nesse caso, pois esse é um inquérito preparatório de um possível incidente de deslocamento de competência. Disse que a dificuldade maior nesse caso é a de assegurar a integridade dos depoimentos e das testemunhas. Uma das preocupações também existente é a de garantir a isenção na investigação, fazer com o que o Instituto Médico Legal e o Instituto de Criminalística possam fazer a perícia técnica para identificar a causa das mortes, inclusive, sem intervenção da Polícia Militar ou Civil nesse processo. A conselheira **Maria Dirlene Marques (RFNS)** questionou o conselheiro Aurélio Rios se havia alguma iniciativa de apoio aos familiares e a comunidade por causa dessa situação que está sendo vivenciada por eles. O conselheiro **Aurélio Rios (PFDC)** respondeu dizendo que não há uma assistência social e nem psicológica às vítimas como deveria ocorrer nesses casos. Informou que o único órgão do estado que chega até à comunidade e aos familiares é a polícia e chega para intimidar. O conselheiro **Everaldo Patriota (OAB)** falou que a declaração do Governador a favor da ação policial fez aumentar o número de assassinatos também no interior do estado. Salientou que o objetivo é garantir que as testemunhas tenham espaço para fazer as denúncias nem que seja fora do estado, e que sejam inscritas no sistema de proteção à testemunha. Disse que seria importante que a PFDC da Bahia verificasse se os projéteis retirados dos corpos estão preservados para depois fazerem uma correlação de balística com as armas. O conselheiro **Aurélio Rios (PFDC)** informou que a possibilidade de haver os depoimentos reservados já foi colocada a disposição dentro da Procuradoria. Falou que uma das estratégias pensadas pelo Procurador da República, que está acompanhando o inquérito civil, é de ouvir os familiares, ir atrás das mães, irmãos, pois eles muito provavelmente teriam informações. O conselheiro **Darci Frigo (Dhesca-Brasil)** transmitiu um comunicado dos representantes da Anistia Internacional que estavam em Salvador solicitando que o Conselho apreciasse e formalizasse a proposição de que houvesse uma perícia independente, que essa perícia fosse externa ao Estado da Bahia para garantir a isenção na apuração, e que os laudos também fossem analisados por essa perícia. O conselheiro **Aurélio Rios (PFDC)** disse que essa ideia de perícia independente seria interessante, no entanto, esbarram em dois fatos, quais sejam, a impossibilidade de se fazer qualquer perícia técnica, qualquer laudo cadavérico fora do instituto de criminalística e por não haver no Estado da Bahia ninguém no âmbito federal para fazer isso. Informou também que os promotores afirmaram que nunca houve caso de fraude de laudos por esses médicos legistas, e por essa afirmativa não teriam como rechaçar o entendimento dos

promotores. O segundo ponto é que nesse primeiro momento seria importante esperar o laudo, até para eventualmente questioná-lo. A Presidenta interina **Ministra Ideli Salvatti (SDH/PR)** sugeriu que o Conselho ouvisse a Ouvidora Nacional dos Direitos Humanos, Irina Karla Bacci, já que ela coordenou em nome da SDH/PR, todas as atividades em relação a esse caso de Cabula, inclusive com a participação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, Ministério da Justiça e Secretaria da Juventude. A Ouvidora **Irina Bacci (SDH/PR)** informou que um conjunto de promotores está acompanhando o caso e que também foram designados dois delegados específicos para o caso. Comunicou que no dia nove de fevereiro foi estabelecido um diálogo juntamente com Secretário de Direitos Humanos, Dr. Geraldo, que nesse mesmo dia, recebeu representantes da sociedade civil, da OAB e do Ministério Público, inclusive, o “Reaja ou Será Morto” com o objetivo de se criar um grupo de trabalho para o enfrentamento do extermínio da juventude. Nesse sentido, foram feitas quatro reuniões para debates sobre o caso e o que se concluiu que os índices de homicídios de jovens, negros moradores dessa região de Cabula é bastante alto e isso deve ser enfrentado. A Ouvidoria informou também que em audiência pública, feita na OAB, com participação da Polícia Militar do estado da Bahia, os policiais conclamaram que também são vítimas, são negros e pobres e que também estão sendo mortos, e isso foi posto para o governo da Bahia como mais um problema a se resolver. Assim, sugeriu que o Conselho ajudasse a pensar em alguma política para esse caso. Falou que tiveram algumas vítimas do massacre de Cabula, que encaminharam vídeos, fotografias para um ativista de mídia independente, que coletou todas as informações e fez um artigo sobre o caso, que depois foi publicado pela revista Carta Capital e pela revista Fórum. Relatou que esse ativista no caminho para a reunião do “Reaja ou Será Morto”, que ocorreu no dia dez de fevereiro, foi ameaçado por um policial militar. A denúncia chegou até a Ouvidoria Nacional. A denúncia foi recebida e oferecido ao ativista Anderson à inserção no programas de proteção a testemunhas do Estado da Bahia. No entanto, o ativista Anderson, não aceitou sua inserção no programa naquele momento. A Secretaria Nacional de Juventude transferiu de Salvador o senhor Anderson, bem como sua família e o colocou em algumas atividades para justificar a sua saída. Acontece que essa atitude gerou uma expectativa de que ele teria um programa especial via Secretaria Nacional de Juventude, no entanto, esse programa não existe no âmbito da SNJ, e agora há cobranças de por que não está havendo a proteção e informou que o que está sendo feito agora é que estão encaminhando o caso para o programa da Bahia para ser avaliado. Com relação ao primeiro inquérito apontado sobre o massacre de Cabula, de que havia uma denúncia de uma grande entrega de drogas e assalto a banco, essa não se mostrou consistente. Como foi solicitado sigilo das investigações, o delegado responsável pelo caso pediu que os interessados pelo caso esperassem a conclusão parcial dos relatórios e depois de trinta dias encaminharia a conclusão geral. A Ministra **Ministra Ideli Salvatti (SDH/PR)** informou sobre a reunião que teve com entidades do movimento negro, na qual foi apresentado o caso Cabula como, infelizmente, mais um entre tantos outros, tendo casos semelhantes e diários nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, como em outros estados. Falou ainda da boa expectativa da criação no legislativo de uma CPI de grupos

de extermínio. Comunicou que verificou a possibilidade de pelo menos no programa de proteção às testemunhas a Secretaria compartilhar o financiamento com o Fundo Nacional de Segurança Pública. Disse que em reunião com o responsável pelo enfretamento de desvio de condutas de policiais, Dr. Marcelo, apresentou temas muito pertinentes, por exemplo, que não se pode apenas ter um programa de testemunha, uma vez que, anteriormente tem uma fase de depoimentos que desde já precisa dar garantia de proteção aos depoentes de situações que envolvem chacinas ou grupos de extermínio. O Vice-presidente **Cristian Ribas (Enegrecer)** solicitou seu retorno de Brasília para Salvador para na segunda-feira, após a reunião, se reunir com o Sr. Hamilton Borges, coordenador do “Reaja ou Será Morto”, para tentar construir agendas com o Ministério Público e com os familiares. Ressaltou a importância do Estado e das instituições de direitos humanos fazerem que esses agentes do caso Cabula tenham uma punição exemplar. Por fim, falou da necessidade de um pacto federativo de enfretamento a violência. O conselheiro **Everaldo Patriota (OAB)** em uma breve reflexão sobre a conduta dos agentes os quais são legitimados pelo Governador do Estado da Bahia que fez declarações a favor da chacina de Cabula, disse ser inadmissível esse tipo de atitude. Falou que esse problema não se restringe somente ao governo do Estado da Bahia, sendo uma questão nacional na qual o Conselho precisa intervir, dizer aos governadores que tiverem esse tipo de atitude que eles, por obrigação constitucional, precisam defender o estado de direito. O conselheiro ressaltou a importância de trabalhar em uma questão primária de prevenção, pois não adianta termos tratados teóricos, diagnósticos, estudos, militância em direitos humanos se não houver uma pedagogia primária. Sugeriu então, que o Conselho enviasse uma nota para que os governadores dos estados respeitem os preceitos constitucionais de garantia à vida. A conselheira **Ivana Farina (CNPJ)** ponderou que o Conselho, em relação ao Massacre em Cabula, não teve nenhuma ação deliberada para o acompanhamento do caso, então de antemão, em virtude do CNPJ ter contato com todos os procuradores gerais, se dispôs para fazer esse acompanhamento. Salientou que o Conselho precisa se organizar e sistematizar esse acompanhamento. Sugeriu que fosse tirada uma comissão para acompanhamento dos desdobramentos em Cabula junto ao Ministério Público local, incluindo o conselheiro Everaldo Patriota pelo contato com a OAB e manter a participação da PFDC. Ressaltou também a importância de retomar a efetividade da Resolução nº 08 de 21 de dezembro de 2012 que dispõe sobre os Autos de Resistência, pois a partir disso poderão requerer a aplicação dessas normas. O conselheiro **Everaldo Patriota (OAB)** explicou que existe um protocolo do Programa Brasil Mais Seguro em que o estado se obriga a não registrar Autos de Resistência, tendo que investigar tudo como homicídio, ainda que possa propor o arquivamento. O conselheiro **Gabriel Sampaio (MJ)** esclareceu que o PL 4471 coloca fim aos Autos de Resistência. Disse que além de ser estratégico para o Conselho ter esse Projeto de Lei aprovado, seja no âmbito das gestões, seja no ponto de vista das políticas públicas, também reforça a atuação no âmbito do pacto federativo. Informou que hoje, em relação à aprovação da PL 4471, o Congresso Nacional apresenta um quadro que coloca o projeto fora da pauta. Informou ainda que acabar com os Autos de Resistência não significa criminalizar indevidamente alguém, simplesmente significa que é preciso ter as providências tomadas de forma correta no sentido de

investigar um caso de morte de qualquer cidadão, a PL apenas corrige uma má interpretação em relação ao ordenamento jurídico, pois a Constituição Federal certamente não admite deixar de haver uma investigação adequada nos casos de assassinatos. Por esses motivos, sugeriu que o Conselho reforce em todas as suas políticas públicas o fim dos Autos de Resistência e para atingir esse objetivo o Conselho deve construir pontes com os institutos que se oponham a essa aprovação. A conselheira **Maria Dirlene Marques (RFNS)** expressou sua preocupação com relação ao tempo de fala dos conselheiros sobre os informes, por isso sugeriu limitar as discussões dos informes e depois o Conselho trataria de uma forma mais geral de qual seria o papel do Conselho e sua intervenção nos casos. A conselheira **Maria Madalena Nobre (FBASD)** sugeriu que Conselho designasse uma pessoa na área de planejamento estratégico para trabalhar com Conselho em relação às prioridades temáticas, para ajudar a criar comissões mais fortalecidas que abranjam a temática de desenvolvimento do país. Retomando as questões do caso de Cabula, a conselheira **Helena Barreto (Intervozes)** disse que esse acontecimento não se trata somente de um extermínio, mas sim de genocídio, pois a questão racial é muito clara nesse caso. Falou que a questão da “guerra às drogas” é de fundamental importância ser discutida, pois a partir desse contexto surge a argumentação dada pela polícia sobre o caso, dizendo que praticamente todos os jovens ali teriam passagem por tráfico. Porém, foi verificado que na verdade eram passagens de pequeno porte de drogas, e outros tiveram passagens por brigas. Então se pode verificar a criminalização antecipada. Nesse sentido, a conselheira sugeriu que a questão da desmilitarização também entrasse nessa pauta de discussão. Propôs que o Conselho fizesse algo como um seminário interinstitucional, antes da próxima reunião do Conselho, e chamasse o Ministério da Justiça, a SENAD, a Secretaria de Juventude e a Polícia para tentar buscar uma solução. O conselheiro **Fabio Belloni (Abrasme)** concordou com a conselheira Helena Barreto em falar em genocídio. Reforçou que isso não se restringe somente a Cabula, mas sim ao Estado brasileiro. Disse que o Conselho tem a responsabilidade de pensar de uma forma ampla. Em seguida a Presidenta interina **Ministra Ideli Salvatti** sintetizou todos os encaminhamentos. Sugeriu que, depois de organizada, a Comissão de Segurança Pública e Direitos Humanos ficasse responsável pelo acompanhamento do Caso de Cabula. Em relação à perícia independente, disse que os argumentos do conselheiro Aurélio Rios são bem convincentes, então ficaria aguardando a confirmação do laudo. Reforçou a solicitação de reunião com o fórum de secretários de segurança para tratar desses episódios de Cabula e a retomada da resolução nº 08 de 21 de dezembro de 2012. Propôs uma articulação da Comissão de Segurança Pública assim que se constituir a CPI dos grupos de extermínio da juventude negra. A respeito da proposta do seminário, a Presidenta interina sugeriu que ao invés do Conselho aprová-lo, que estabeleça um calendário de atividades, por exemplo, aproveitar o que já está sendo previsto: a Conferência de Segurança Pública, os eventos internacionais, entre outros. Em seguida, reforçou sobre a elaboração de um documento a ser encaminhado a todos os governadores dos estados e do Distrito Federal para o respeito às normas constitucionais, no sentido de garantir a defesa dos direitos dos cidadãos durante a abordagem policial, bem como recomendando o atendimento à resolução nº 08 de 21 de

dezembro de 2012 que trata dos Autos de Resistência. Após consenso sobre as propostas de encaminhamentos apresentados, a Ministra nomeou o conselheiro Aurélio Rios para que escrevesse uma versão de documento a ser encaminhada a todos os governos estaduais. O conselheiro **Rildo Marques (MNDH)** lembrou que 2015 é o ano da 2º Conferência de Segurança Pública e que a própria Conferência Nacional de Direitos Humanos deveria tratar desse tema. Disse que a Comissão tem possibilidade de organizar atividades como seminários, “workshops” formativos, pedagógicos nos territórios, que é onde os problemas estão acontecendo e onde os movimentos da sociedade civil precisam ser fortalecidos. O conselheiro **Alexandre Ghisleni (MRE)** concordou com todos os encaminhamentos feitos, porém, interveio sobre o uso da terminologia genocídio. Disse o conselheiro que genocídio é um termo do direito internacional, e há uma convenção própria que estabelece requisitos muito precisos para que se caracterize. Ponderou que do ponto de vista internacional o que existe no Brasil não é genocídio, mas sim uma grave situação de violência contra jovens negros. Sendo assim, sugeriu outra terminologia para o caso, por exemplo, extermínio. Concluindo a síntese dos encaminhamentos, a Presidenta interina **Ministra Ideli Salvatti (SDH/PR)** retomou o ponto colocado pela conselheira Maria Madalena Nobre, qual seja, a possibilidade de contratação de um especialista em planejamento estratégico para acompanhar o Conselho. Informou que a SDH/PR está em processo para o planejamento estratégico, e que já foram feitas varias reuniões para que se possa ter delineado qual será a missão, os objetivos, as tarefas da SDH. Comunicou que o CONANDA já fez esse planejamento e que o Comitê Nacional de Prevenção e Combate a Tortura já marcou para fazer esse planejamento. Nesse sentido, sugeriu a todos os conselhos da SDH/PR que marcassem pelo menos dois dias para a realização desse planejamento, e por ser de extrema relevância reforçou que o Conselho também o fizesse. A conselheira **Helena Barreto (Intervozes)** lembrou que a sociedade civil já havia solicitado passagens para que se reunisse antes das reuniões ordinárias para fazerem os planejamentos das ações e não foi possível por motivos de burocracia da SDH/PR. A Presidenta interina **Ministra Ideli Salvatti (SDH/PR)** esclareceu que isso não foi possível, pois a SDH/PR não pode custear passagem que seja para uma reunião que envolve somente uma parte do Conselho. A conselheira **Helena Barreto (Intervozes)** sugeriu que, para sanar esse problema colocado pela Ministra, fosse feita uma pauta antecipada. A Presidenta interina **Ministra Ideli Salvatti (SDH/PR)** sugeriu que no intervalo de tempo, entre um dia e outro das reuniões ordinárias, as entidades aproveitassem para se reunirem. O conselheiro **Darci Frigo (Dhesca Brasil)** concordou que o Conselho faça um planejamento estratégico e reforçou que é fundamental que as entidades tenham esse espaço anterior as reuniões do Conselho para poder aprofundar os encaminhamentos. Citou o quanto foi benéfico esse planejamento anterior para processo de construção da 11º Conferência Nacional dos Direitos Humanos e também na realização do PNDH-3. Na sequência, finalizando o caso Cabula, o Vice-presidente interino **Cristian Ribas (Enegrecer)** abriu o tópico sobre o Caso Prefeito de Milagres-CE, que chegou ao CDDPH na 182º Reunião Ordinária, em 2007, passando a palavra para a conselheira **Ivana Farina (CNPG)**. O Ex-prefeito de Milagres-CE, senhor Hellosman Sampaio de Lacerda, foi acusado de abusos sexuais contra crianças e

adolescentes. A conselheira informou que foi feita deliberação para uma diligência no Ceará para tentar conseguir tirar o recurso interposto. No entanto, o Ex-prefeito foi condenado em 1^a, 2^a e 3^a instâncias, estando em fase de condenação e a condenação não tem mais como ter efeito suspensivo. Noticiou que a advogada contratada pelo réu é a filha do governador do Distrito Federal e o trabalho de acompanhamento do agravo estava dificultoso. Disse que conjuntamente com a Dra. Ella Wiecko, com o Dr. Aurélio Rios e o Dr. Luciano Mariz Maia fizeram toda sorte de embargos. Por esses motivos, o desafio do Conselho agora é de, com a ajuda do Doutor Ricardo Barreto da AMB, que se dispôs a auxiliar nesse caso, executar a sentença condenatória. O conselheiro **Cristian Ribas (Enegrecer)** apresentou o último informe, que trata sobre a reunião com Secretário da SENAD. Passou então a palavra ao conselheiro **Fabio Belloni (Abrasme)** que fez o relato da reunião com o Secretário Vitori André Zilio Maximiano da SENAD, no dia 09 de março de 2015, conforme deliberado na última reunião. O objetivo foi entregar o documento do CNDH que trata da preocupação da regulamentação das Comunidades Terapêuticas, no âmbito do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas - CONAD, na qual o Secretário é representante. Falou da nota da PRDC sobre a possível inconstitucionalidade da regulamentação pelo MJ. Disse que o que se expressa nessa regulamentação das Comunidades Terapêuticas não é o que se conhece conceitualmente como Comunidades Terapêuticas, mas sim a construção de um “ornitorrinco” para escapar da impossibilidade de não conseguir o credenciamento na SENAD. Sugeriu que os conselheiros que tenham engajamento nesse tema possam amadurecer a ideia de se opor a regulamentação dessas Comunidades Terapêuticas. Informou que existem erros fundamentais na proposta da regulamentação das atuais Comunidades Terapêuticas, principalmente por poderem ser apoiadas por programas governamentais. Afirmou que as mesmas não apresentam critérios mínimos para o funcionamento, e que na 14^a Conferência Nacional de Saúde Mental ficou decidido pela não regulamentação das Comunidades Terapêuticas, por ser um retorno de pequenos espaços asilares e manicomiais. Então a proposta da sociedade civil é que se ela tiver que ser regulamentada de qualquer maneira, que ela seja, mas que seja apenas em caráter fiscalizatório, não podendo receber recurso público. Além disso, a questão dos usuários não é uma questão de justiça e sim de saúde e social. O conselheiro **Gabriel Sampaio (MJ)** propôs que em relação a esse tema fosse feita uma discussão em um espaço específico. Comunicou que acompanhou as discussões que foram feitas no Congresso Nacional, inclusive no Senado Federal sobre a PLC 37, onde envolveram inúmeros setores, órgão de governo, da sociedade civil que problematizam a preocupação de como tratar a regulamentação das Comunidades Terapêuticas. Por fim, reforçou que o Conselho precisa amadurecer esse debate, uma vez que a SENAD tem se preocupado com essas questões anti-manicomiais e seria importante promover um modelo que contemple as preocupações de proteção das pessoas que usem desse tipo de serviço. O conselheiro **Rildo Marques (MNDH)** comunicou que fez fiscalização em uma clínica terapêutica no interior do estado de São Paulo e constatou que lá os pacientes são torturados. Relatou o caso de um interno que foi agredido, contido com um “mata leão” vindo a desmaiar, depois foi colocado em um lugar fechado, sozinho, e ficou por oito horas. Segundo a clínica o tratamento serve para que ele reflita sobre suas

atitudes. Com informação obtida dos pacientes da primeira clínica descobriram que havia outra clínica vizinha, ao chegarem lá para fazer a inspeção constataram que os funcionários não recebiam salário pelo trabalho, os internos menores de idade conviviam, dormiam com os adultos e que havia casos de confinamento. O conselheiro expressou sua preocupação com a regulamentação desses espaços e reforçou que haja um debate amplo sobre o tema. O conselheiro **Leonildo Monteiro (MNRP)** disse que a população de rua ficou muito infeliz quando soube que o Ministério da Saúde, a SDH/PR e a OAB votaram a favor da regulamentação das Comunidades Terapêuticas. Em seguida, colocou a questão de moradores de rua que não têm família, não têm quem os monitore quando vão para essas Comunidades. Informou que, por sorte da população de rua, no Paraná a Dra. Margarete do Ministério Público do Trabalho Federal está expedindo mandatos fechando algumas Comunidades. Comunicou que em junho ou julho de 2015 será realizado um curso para os vinte e sete promotores de justiça do Brasil na temática de população de rua, no intuito de trazer as denúncias de violação de direitos humanos dentro das Comunidades Terapêuticas. Por fim, reforçou que essa regulamentação viola os direitos humanos. O conselheiro **Fabio Belloni (Abrasme)** cientificou que existem vários estudos feitos por varias entidades, pela Fiocruz, pelo Conselho Federal de Psicologia denunciando as violências e os abusos dentro dessas Comunidades Terapêuticas. Pediu para que o Conselho pudesse fazer uma pressão para que a regulamentação se dê, mas não o financiamento público dessas Comunidades. O conselheiro **Aurélio Rios (PFDC)** questionou ao conselheiro se já havia sido vencida essa questão da regulamentação e se seria possível à regulamentação no sistema privado. O conselheiro **Fabio Belloni (Abrasme)** esclareceu dizendo que a regulamentação foi aprovada. Informou que foi solicitado que no artigo primeiro da regulamentação que as Comunidades Terapêuticas sejam reguladas, desde que não tenham financiamento público, no entanto, ainda não acatado. Então se não fizerem grande pressão essas Comunidades terão o financiamento público. Por fim, salientou que um usuário de droga, álcool ou uma pessoa em situação de vulnerabilidade tem relação direta com a carência do Estado no campo social e da saúde, não da justiça, e criminalizar uma pessoa pela sua situação é barbárie. O conselheiro **Gabriel Sampaio (MJ)** disse que o Ministério da Justiça e o Governo Federal não entendem que o usuário deva ser criminalizado, inclusive a lei de drogas não permite que isso aconteça, é inconstitucional. Em relação à regulamentação informou que esse assunto também é um debate do Governo e do Congresso Nacional, tendo sido realizada uma audiência pública em que se propôs um texto de regulamentação, ainda em debate, que procura trabalhar e regulamentar no sentido de evitar que as práticas irregulares ocorram. O conselheiro se comprometeu a encaminhar aos conselheiros esse texto, para que analisem essa tramitação e que a partir disso possam fazer uma discussão. A conselheira **Silvana Abramo (CNJ)** saudou a todos e se apresentou. Em breves declarações, disse que é de fundamental importância a garantia da proibição do retrocesso e que o Conselho possa avançar cada vez mais. Em seguida, reforçou sua alegria de está participando do Conselho. Dando início ao seu informe a conselheira cientificou que participa do CONATRAE, informou que lá havia sido aprovada uma constituição de um grupo de trabalho para pautar a prática de trabalho degradante no âmbito das

Comunidades Terapêuticas. O Vice-presidente interino **Cristian Ribas (Enegrecer)** deu por encerrado esse informe e concedeu a palavra para a conselheira **Maria Madalena Nobre (FBASD)** fazer um convite aos conselheiros. A conselheira trouxe o informe que no dia 12 de março terá no TST um debate sobre as barreiras para a inclusão das pessoas com síndrome de Down à cidadania plena. Aproveitando o momento, a conselheira **Maria Dirlene Marques (RFNS)** fez um convite, a pedido do Conselheiro Carlos Magno, que no dia 12 de março, em Curitiba, haveria a comemoração de vinte anos da ABGLT. A conselheira sugeriu o envio de representante para participar do evento. O conselheiro **Darci Frigo (Dhesca Brasil)** se ofereceu para representar o Conselho. Em seguida, o Vice-presidente interino **Cristian Ribas (Enegrecer)** fez a pausa para o almoço e sugeriu que todos voltassem, pontualmente, às duas horas da tarde. Ao retornarem, como no momento não haveria deliberações, o Vice-presidente iniciou a reunião sem quórum e deu continuidade aos informes. A conselheira **Helena Barreto (Intervozes)** trouxe primeiramente o caso do jornalista Cristian Góes que escreveu uma crônica ficcional denominada “O Coronel em mim”, que não continha nomes explícitos, mas foi julgado e condenado por calúnia. O processo foi movido pelo Desembargador Edson Ulisses, de Sergipe. A conselheira informou que o caso atualmente se encontra em fase de recursos extraordinário no STF. Outro ponto tratado pela conselheira foi a ação movida pelo Intervozes, no Ministério da Comunicação e também no Ministério Público Federal, contra a Rede Bandeirantes por conta da veiculação repetidas vezes do programa do humorista Rafinha Bastos onde o ator Alexandre Frota incitava a prática de estupro, para tentar garantir o direito de resposta coletiva para os grupos que se sentiram violados. Disse infelizmente que o caso relatado pelo ator Alexandre Frota já havia prescrito, mas para não passar impune, promoveram essa ação. Informou que o MPF em Brasília estaria promovendo uma audiência pública, para o dia 16 de março, sobre os programas policiais que ajudam a promover o medo, a violência e a violação de direitos. Esses programas, por serem considerados jornalísticos, não são submetidos à classificação indicativa. Então, afirmou que essas são questões que o Conselho precisa debater, até para garantir que esses programas não sejam veiculados em qualquer horário. O Vice-presidente interino **Cristian Ribas (Enegrecer)**, em relação ao caso do jornalista Cristian Góes, sugeriu a elaboração de uma nota de apoio à liberdade de expressão, onde apontou a importância das autoridades não terem um olhar de criminalização do exercício da profissão do jornalismo. A Coordenadora-geral **Maria Gutenara (CNDH/SDH)** lembrou que não havia quórum suficiente para deliberação, então sugeriu que esses encaminhamentos fossem feitos no segundo dia de reunião. O conselheiro **Leonildo Monteiro (MNRP)** falou sobre a charge que o jornal O Globo teria publicado, em que mostrava uma pessoa ajoelhada, representando a Presidenta Dilma Rousseff, e um outro personagem representando o Estado Islâmico com uma faca no pescoço da Presidenta. Questionou à conselheira Helena Barreto se esse tipo de criminalização também entraria como papel do Conselho em intervir. A conselheira **Helena Barreto (Intervozes)** respondeu afirmando que sim, uma vez que, o que se procura nesse espaço do Conselho é acolher essas demandas, essas denúncias, até por que não existem espaços específicos para isso e o governo é ausente. O conselheiro **Darci Frigo (Dhesca Brasil)** mostrou o caso de

uma foto do integrante do MST que estaria circulando nas redes sociais como os dizeres “Procurado, vivo ou morto”. Falou também da importância do Conselho pautar o tema sobre crimes cibernéticos já que vai tratar também sobre o tema dos defensores dos direitos humanos, que é o caso do militante do MST que teve sua foto espalhada como procurado. A conselheira **Helena Barreto (Intervozes)** informou que houve na SDH/PR a criação de um grupo de trabalho sobre crimes cibernéticos no ano de 2014. **Everaldo Patriota (OAB)** após uma breve reflexão sobre as manifestações feitas pelos defensores de direitos concluiu que o país precisa assegurar que as manifestações de todas as matrizes sejam garantidas e pacíficas. O conselheiro **Rildo Marques (MNDH)** trouxe as informações sobre o alto índice de mortes de negros e pobres no Estado de São Paulo e a maioria dos mortos não tinha nenhuma passagem pela polícia. O último aconteceu por tiros disparados por ocupantes de uma moto preta. Foi transmitido um vídeo para os conselheiros com as ações. O conselheiro acha que a ação pode ter sido uma retaliação pela morte de um policial à paisana. Informou sobre uma reunião do CONDEPE que será realizada no dia 26 de março em São Paulo para tratar do caso e sugeriu a ida de conselheiros do CNDH. Disse que desde 2012 vem pedindo campanhas e parcerias com os órgãos para combater o extermínio. O Vice-presidente interino **Cristian Ribas (Enegrecer)** deu por encerrado os informes e abriu para o primeiro ponto de pauta que é os procedimentos transitórios de tomadas de decisão do CNDH, proposto pelo conselheiro Darci Frigo. O conselheiro **Darci Frigo (Dhesca Brasil)** sugeriu que esse ponto fosse discutido após a aprovação do regimento interno. A respeito do regimento interno, a conselheira **Maria Dirlene Marque (RFNS)** disse que por e-mail questionou a coordenadora Maria Gutenara sobre o trâmite, e que se na reunião já estariam com o regimento pronto para ser encaminhado, mas não teve retorno. A Coordenadora-geral **Maria Gutenara (CNDH/SDH)** informou que, após a reunião extraordinária que construiu o RI, só conseguiu encaminhar a minuta do regimento para análise do jurídico na semana anterior a reunião, pois só nessa semana havia recebido todas as contribuições que os conselheiros ficaram de enviar. Disse que, para esta reunião, houve a solicitação de incluir novamente o texto para aprovação, fato este que vai requerer o reenvio, de nova versão, à Assessoria Jurídica. A conselheira **Maria Dirlene (RFNS)** falou que na 2ª reunião ordinária havia ficado acordado que o texto do regimento interno já estaria pronto para ser encaminhado, e não foi feito. Disse que é um problema não ter prazo para as demandas e sugeriu que prazos fossem estipulados. O conselheiro **Cristian Ribas (Enegrecer)** questionou se algum conselheiro teria alguma consideração a fazer com relação à redação do regimento. O conselheiro **Darci Frigo (Dhesca Brasil)** colocou a questão da composição da mesa diretora. Segundo ele, o artigo 11 do Regimento Interno que dispõe que a Mesa Diretora, ainda apresenta incorreções. Ainda consta na composição da Mesa Diretora os membros coordenadores das Câmaras Temáticas, no entanto, o conselho acabou com as Câmaras Temáticas. O conselheiro **Everaldo Patriota (OAB)** lembrou ao conselheiro que essa questão já havia sido esgotada. Informou que a redação ficou que a Mesa Diretora seria composta pela presidência, vice-presidência e por quatro membros do conselho indicados pelo Plenário, sendo dois do poder público e dois da sociedade civil. A Coordenadora-geral **Maria Gutenara (CNDH/SDH)** informou que quem pediu para

retomar a questão sobre o regimento interno foi a conselheira Ivana Farina, pois como não teve tempo hábil na reunião extraordinária para ler tudo, então seria importante discutir sobre a redação. O conselheiro **Cristian Ribas (Enegrecer)** propôs que fosse reaberto o prazo para serem feitos os ajustes na redação do regimento para o dia dezessete de março. Em seguida, foi estabelecido que o conselheiro Darci Frigo (Dhesca-Brasil) e a conselheira Ivana Farina (CNPB) fariam a revisão do Regimento Interno, e que caso depois de enviada a minuta para o jurídico, não houvesse nenhuma modificação de conteúdo, promovesse a publicação do Regimento. O conselheiro **Claudionor Barros (DPU)** sugeriu que após a publicação do Regimento Interno, que incluía na pauta a eleição do presidente e vice-presidente. Vencido o ponto de pauta sobre a aprovação final da minuta do Regimento Interno o Vice-presidente interino **Cristian Ribas (Enegrecer)** retomou a questão dos procedimentos transitórios. O conselheiro **Darci Frigo (Dhesca Brasil)** reforçou a questão colocada pelo conselheiro Claudionor Barros a respeito da eleição do presidente e vice-presidente e salientou a questão de decisões transitórias que aparecem no meio do caminho e precisam ser definidas com urgência. O conselheiro **Everaldo Patriota (OAB)** sugeriu que naquele momento fosse deliberado o responsável por essas decisões. O conselheiro **Darci Frigo (Dhesca Brasil)** sugeriu que fosse a atual Presidenta, Ministra Ideli Salvatti, e o atual Vice, Cristian Ribas. O Vice-presidente interino **Cristian Ribas (Enegrecer)** encaminhou a proposta que foi aprovada por consenso. Em seguida, colocou como ponto de pauta a comunicação interna. A conselheira **Helena Barreto (Intervozes)** disse ser importante dar publicidade às reuniões e dar ciência aos conselheiros das denúncias que chegam. Sugeriu a presença de um jornalista para subsidiar as reuniões e se colocou a disposição para contribuir nessa estrutura. O conselheiro **Wellington Pantaleão (SDH/PR)** comunicou que a Secretaria consegue fazer a transmissão das reuniões via internet. O conselheiro **Everaldo Patriota (OAB)** propôs que fosse feita uma síntese das denúncias que chegam ao Conselho, exceto as de caráter sigiloso, e em seguida encaminhadas aos conselheiros para dar conhecimento prévio. Dessa forma facilitaria a comunicação de todos e a mesa teria a possibilidade de fazer reuniões virtualmente via Skype. A Coordenadora-geral **Maria Gutenara (CNDH/SDH)** esclareceu que as denúncias que estão chegando ao Conselho estão entrando como ponto de pauta desde a primeira reunião ordinária e entrou também como ponto na discussão da construção do regimento interno. Ponderou que os problemas em relação a essas denúncias vão diminuir muito quando as comissões já estiverem instaladas. O conselheiro **Claudionor Barros (DPU)** lembrou que o Conselho havia decidido que precisariam elaborar algumas resoluções para alguns tópicos do regimento interno e como o processamento das denúncias é mais urgente poderia verificar a possibilidade de criação de uma comissão para fazer a proposta de minuta desse processamento. A Coordenadora-geral **Maria Gutenara (CNDH/SDH)** concordou com a sugestão, e com o consenso de todos se formou a comissão com os seguintes integrantes: conselheiro Claudionor, conselheira Maria Dirlene e o conselheiro Vladimir Sampaio. Encerrado esse ponto de pauta, a coordenadora abriu para a pauta do regaste das relatorias das comissões e grupos de trabalho. Relatou sobre a reunião da Comissão Alimentação Adequada que ocorreu no dia vinte e seis de fevereiro, que teve a apreciação de dois

relatórios da Comissão, e a reunião no dia vinte e sete que teve a apresentação de uma palestra de capacitação sobre a Bolsa Família e Cadastro Único. Relatou também sobre a reunião e a visita ao Complexo do Curado em Pernambuco feita pelo conselheiro Rildo Marques. O conselheiro **Claudionor Barros (DPU)** fez o relato da reunião sobre alimentação adequada. Informou que na reunião o Conselho de Segurança Alimentar - CONSEA reivindicou que o CNDH tivesse uma comissão permanente para a Alimentação Adequada com o objetivo de garantir uma alimentação saudável. No dia vinte e sete falou sobre a oficina ministrada por representantes do MDS referente à Bolsa Família e Cadastro Único, e o que foi constatada a falta de informação sobre como proceder com o cadastro. Comunicou que foram aprovados dois relatórios e que assim que estivessem prontos encaminharia para o Conselho analisar e deliberar. Por fim, relatou os casos das comunidades do Sururu do Capote e Orla Lagunar em Alagoas, que precisam de uma maior mediação da Comissão para compelir o Estado de Alagoas para que execute ações nesse espaço de extrema pobreza. O conselheiro **Leonildo Monteiro (MNPR)** colocou a importância dessa comissão nos casos da população de rua. O conselheiro **Claudionor Barros (DPU)** disse que está ciente das demandas da população de rua. Informou ao conselheiro que a comissão está tentando afirmar sua permanência e nesse processo tem a intenção de reestruturar uma nova resolução de abrangência maior e a partir disso convidar, inclusive, o Movimento Nacional de População de Rua para que ocupe acento na Comissão de Alimentação Adequada. O conselheiro **Darci Frigo (Dhesca Brasil)** comunicou que teve a informação de um integrante do CONSEA, o Sr. Fernando, de que a comissão havia aprovado uma proposta de emenda ao PPA para obter recursos. O conselheiro **Claudionor Barros (DPU)** falou que esteve na reunião do CONSEA e um dos tópicos debatidos foi com relação ao monitoramento das denúncias referentes à alimentação adequada. Na discussão do PPA foi feito o pedido de uma rubrica específica para a estruturação da comissão. A conselheira **Silvana Abramo (CNJ)** solicitou ao conselheiro Claudionor Barros que disponibilizasse a decisão da ação civil pública na lista, grupo, dos conselheiros. Após os relatos sobre a Comissão da Alimentação Adequada, o conselheiro **Rildo Marques (MNDH)** iniciou seu relato sobre a visita ao Complexo do Curado, e a participação no Fórum de Monitoramento das exigências das ações que o Estado de Pernambuco tem que responder em relação às medidas provisórias apresentadas pelo CIDH. Informou que o complexo do Curado foi objeto de alegação internacional na OEA e isso foi uma das deliberações que determinou que para o Complexo fossem eleitas no mínimo cinco grandes ações estatais estruturantes para que pudessem adequar o sistema e dotá-lo de um pouco mais de humanidade. O conselheiro relatou a situação vivida pelos apenados, disse que lá vivem em um estado natural, animalesco. Falou sobre a dinâmica adotada pelos presos, que cobram de cinco mil reais a vinte mil reais e mais seiscentos reais mensais por uma gaveta na parede que serve para dormir ou por uma cela. Já para os presos que não tem condições, existe uma espécie de pátio onde dormem de qualquer jeito. Informou também que o estado só faz a contenção, mas não entra no presídio e que para sete mil presos foram encontrados apenas três agentes penitenciários. Falou da visita feita no Complexo por meio do Dr. Renato De Vitto, Diretor do DEPEN, e da ação que o Ministério da Saúde propôs, mas

que não foi possível construir junto ao Governo do Estado de Pernambuco, no entanto foi construída com os municípios onde o Ministério da Saúde repassaria recursos e lá constituiriam equipes de saúde do SUS para atuar dentro do presídio. Disse que dessa última reunião o que conseguiram de positivo foi a promessa do governo em reativar o Conselho Estadual dos Direitos Humanos, o comitê estadual e o mecanismo de prevenção e combate a tortura. Falou ainda que em reunião feita com mais ou menos vinte entidades da sociedade civil, foi proposta a incorporação dessas entidades, no fórum que é composto pelo Ministério Público Federal, Estadual, pela Justiça Global, Clínica de Harvard, Pastoral Carcerária e pelo Serviço Ecumênico de Militância nas Prisões-SEMPRI, para colaborarem na execução do plano proposto para o Complexo. Comunicou que até o dia vinte de abril os planos estariam concluídos e a partir daí seria dada resposta à corte interamericana. Disse que as ações deverão ser efetivadas uma vez que a Procuradora da República em Pernambuco Carolina Gusmão Furtado sinalizou colocar o governo em situação de improbidade administrativa. Propôs que após tudo ser negociado com o governo do estado, que o Conselho possa trazer as recomendações para serem verificadas e posteriormente a isso fazer junto ao fórum o monitoramento da execução dessas recomendações. Por fim, informou a ação do mutirão dos Defensores Sem Fronteiras, que ficaram de analisar a situação dos sete mil apenados. O conselheiro **Cristian Ribas (Enegrecer)** abriu o ponto de pauta sobre a estruturação das comissões e grupos de trabalho. Iniciou sugerindo que as comissões se reunissem durante uma semana, facilitando a logística de conselheiros que fazem parte de mais de uma comissão e que essas reuniões aconteçam de forma separada das reuniões ordinárias, com intuito de facilitar a presença de todos os conselheiros e suplentes e outras entidade para além da SDH, CNDH. Em seguida, foi debatida a necessidade de se definir o que seriam as comissões, subcomissões e GTs. As comissões seriam amplas, cabendo vários temas que se interligam. Dessa forma, as antigas comissões seriam incorporadas às novas comissões como subcomissões. O conselheiro **Adelar Cupsinki (CIMI)** primeiramente cientificou o Conselho de uma reintegração de posse de uma comunidade indígena no Mato Grosso do Sul que havia sido adiada para o dia dezesseis de março. Disse que foi dada entrada de uma ação no STF para suspender essa reintegração e o presidente deferiu. Sugeriu que o Conselho apoiasse essa articulação. Em seguida, disse que acha possível uma comissão específica para os povos indígenas e comunidades tradicionais. Por fim, chamou atenção do Conselho para a questão do Movimento Sem Terra, afirmou que em algum momento esse debate vai surgir. A conselheira **Ivana Farina (CNPQ)** lembrou que o que foi colocado na 2ª reunião ordinária foi às comissões transitórias. Então o Conselho a partir daquele momento precisa ter uma reunião de plenário para aprovar as comissões. Questionou se iriam dar início a criação das novas comissões naquela reunião ou iriam finalizar a questão das comissões transitórias que estão em andamento. O Vice-presidente interino **Cristian Ribas (Enegrecer)** respondeu dizendo que no momento estão aperfeiçoando os encaminhamentos da última reunião. Disse que estaria faltando serem finalizados os encaminhamentos sobre alguns grupos de trabalho, Aníbal Bruno, Zé Maria Tomé, que são grupos que estão fora das comissões, mas que podem vir a se encaixar. A conselheira **Helena Barreto (Intervozes)** salientou que o Conselho não tem condições

de esperar um planejamento para poder definir as comissões. Reforçou a participação de outras entidades para desenvolver os trabalhos dessas comissões. E o melhor caminho para a reorganização é mantê-las funcionando. Disse ainda que sete comissões não são muita coisa, uma vez que são vinte e dois conselheiros mais os suplentes para poder dividir. Sugeriu que todos fizessem um esforço para compartilhar os informes na lista dos conselheiros para facilitar os debates na reunião presencial. Por fim, ressaltou que o que deveria ser feito é dar mais concretude ao Conselho garantido que ele tenha mais capilaridade, uma participação mais efetiva, até pelo pouco tempo que se tem. O conselheiro **Leonildo Monteiro (MNRP)** defendeu a criação de uma comissão para grupos em situação de vulnerabilidade. O conselheiro **Claudionor Barros (DPU)** falou que é uma necessidade fundamental que o Conselho indique os conselheiros que irão presidir essas comissões, pois eles poderão fazer avançar, inclusive propondo eventualmente na próxima reunião uma resolução de criação ou aglutinação das comissões. Reforçou a proposta do conselheiro Leonildo Monteiro, que acha ser mais interessante nesse primeiro momento a criação de uma comissão de povos e comunidades tradicionais e grupos vulneráveis, embora em momento posterior haverá a necessidade do Conselho criar grupos de trabalho ou subcomissões específicas no caso dos povos indígenas. O conselheiro **Darci Frigo (Dhesca Brasil)** concordou com a Conselheira Helena Barreto, disse que o Conselho realmente precisa dar continuidade, no entanto, também necessita de construir um planejamento sólido. Sugeriu que naquele espaço fosse concluído e concretizado alguns entendimentos para poderem avançar na linha do planejamento estratégico e planejamento de ação do Conselho. A conselheira **Silvana Abramo (CNJ)** sugeriu que a comissão de instituição de privação de liberdade ampliasse um pouco o foco, para não discutir somente a comissão de privação de liberdade, mas as situações de privação de liberdade como tráfico de pessoas e trabalho escravo, tanto rural como urbano. O conselheiro **Darci Frigo (Dhesca-Brasil)** falou que a questão do trabalho escravo, por ser um tema relevante, precisa de uma atenção e um tempo maior. O Vice-presidente interino **Cristian Ribas (Enegrecer)** disse que há necessidade de uma manutenção da Comissão de Direito a Cidade, assim como a Comissão de Direitos Humanos Educação Alimentar e Acesso a Água e a retirada da questão do Étnico Desenvolvimento. O conselheiro **Claudionor Barros (DPU)** disse que a questão do étnico desenvolvimento de qualquer forma irá permear os trabalhos da comissão dos povos tradicionais e grupos vulneráveis. O conselheiro **Cristian Ribas (Enegrecer)** propôs que cada comissão tenha dois coordenadores. O conselheiro **Rildo Marques (MNDH)** defendeu a criação de uma comissão para a população de rua por ser transversal a todas outras comissões. O conselheiro **Wellington Pantaleão (SDH/PR)** concordou com a importância de se ter essa comissão específica para população de rua. Nesse sentido, da comissão dos direitos dos povos indígenas, quilombolas e população vulnerável, excluiria a nomenclatura população vulnerável, que por sugestão da conselheira **Helena Barreto (Intervozes)** passaria a se chamar comissão dos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais, englobando assim os correlatos. A conselheira **Silvana Abramo (CNJ)** salientou que o foco do Conselho é atender os grupos vulneráveis e essa divisão que estão querendo fazer não seria muito adequada. A conselheira **Maria Dirlene (RFNS)** questionou aonde entraria

os portadores de deficiência. O conselheiro **Claudionor Barros (DPU)** disse que o Conselho teria que ter uma comissão mais abrangente para que encaixe os portadores de necessidades especiais, as mulheres, idosos. A conselheira **Ivana Farina (CNPB)** disse que os conselheiros têm que pensar que estão lidando com comissões em que o Conselho está construindo, fomentando políticas e lidando com danos já feitos. A Coordenadora-geral **Maria Gutenara (CNDH/SDH)** disse que as comissões dependem também da demanda que chega, por exemplo, duas demandas que são urgentes e que o Conselho não pode se omitir é sobre a segurança pública e direitos humanos e a questão indígena, pois essas o CNDH recebe diariamente denúncias. O conselheiro **Darci Frigo (Dhesca Brasil)** ressaltou que a comissão dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, por terem uma grande expansão, não são possíveis serem acrescentadas outras demandas a ela. Sugeriu que essa comissão fosse mantida, no entanto, caso surja outras questões, que sejam enfrentadas criando outros mecanismos, outras comissões. Em seguida, iniciou-se o debate sobre a estrutura e integrantes das comissões (Anexo). O conselheiro **Claudionor Barros (DPU)** sugeriu que envolvesse o poder legislativo em uma das comissões, exceto a de área criminal. O conselheiro **Rildo Marques (MNDH)** reforçou que é necessário buscar a integração de pessoas que querem representar o Poder Executivo, Judiciário, em especial o Legislativo para participarem das comissões. O Vice-presidente **Cristian Ribas (Enegrecer)** propôs que a primeira reunião da comissão de direitos humanos e segurança pública tenha participação do grupo de trabalho Juventude Negra do CONJUVE e do CNPIR que são dois conselhos que têm muito interesse em debater essa questão. O conselheiro colocou que o Conselho deve ser um espaço de diálogo e construção com os outros conselhos nacionais. O conselheiro **Everaldo Patriota (OAB)** falou que os conselheiros devem democratizar os trabalhos que serão realizados nas comissões ou subcomissões, para assim terem a participação efetiva de todos os conselheiros. O conselheiro **Claudionor Barros (DPU)** lembrou que era um desejo do Conselho de quando fizessem o Regimento Interno conseguir a aprovação da dupla suplência do poder executivo. Já que foi conseguido, terão muito material humano para conseguir de alguma forma envolver todos nessas comissões. A conselheira **Maria Dirlene (RNFS)** reforçou e comunicou que a conselheira Maria Madalena pediu que o Conselho pensasse em uma comissão das pessoas com deficiência. O conselheiro **Ivana Farina (CNPB)** falou que a Comissão do Direito a Cidade já engloba esse tema. O vice-presidente interino **Cristian Ribas (Enegrecer)** propôs que os conselheiros concluíssem a reunião com um calendário sobre as comissões e subcomissões. O conselheiro **Darci Frigo (Dhesca Brasil)** sugeriu que o prazo para os conselheiros apresentarem as comissões fosse até à tarde da reunião do dia seguinte. A conselheira **Ivana Farina (CNPB)** antecipou uma proposta que seria feita na reunião do dia seguinte. Propôs que a 4ª Reunião Ordinária fosse feita em Pernambuco, onde ocorrerá, no dia 14 de abril, o julgamento dos réus acusados de participação no homicídio de Manoel Mattos. O conselheiro **Wellington Pantaleão (SDH/PR)** concordou com a sugestão da Conselheira Ivana Farina, no entanto, disse que acha muito recente o Conselho querer fazer um calendário para as comissões, até por que não estão formadas ainda. Então quando tiverem essas comissões mais conformadas o Conselho pensaria em um calendário, até para uma

melhor perspectiva de custo e logística. A conselheira **Helena Barreto (Intervozes)** reforçou a proposta de que em algumas agendas das comissões fosse utilizado o sistema de teleconferência para garantir a participação de todos. O conselheiro **Everaldo Patriota (OAB)** comunicou que está comprometido em participar do julgamento do Manoel Mattos. A Coordenadora-geral **Maria Gutenara (CNDH/SDH)** sugeriu que a conselheira Ivana Farina e o conselheiro Darci Frigo ficassem após o fim da reunião para fazer a revisão do texto do regimento interno. Finalizada a pauta do primeiro dia da 3º Reunião Ordinária o Vice-presidente interino **Cristian Ribas (Enegrecer)** deu por encerrada a reunião. O segundo dia de reunião foi aberto pelo Vice-presidente interino **Cristian Ribas (Enegrecer)** que saudou a todos e anunciou o tema o qual iria ser discutido, a 12º Conferência Nacional dos Direitos Humanos. Sugeriu que inicialmente fosse feito a discussão sobre os temas, eixos e regimento interno da conferência e em seguida fazer um debate sobre o calendário das atividades da comissão organizadora. Por fim, informou aos conselheiros que o ativista Anderson que fez a cobertura do caso Cabula entrou para o programa de proteção aos defensores de direitos humanos. A Coordenadora-geral **Maria Gutenara (CNDH/SDH)** falou da proposta das conferências conjuntas que o CNDH havia aprovado mantendo a autonomia de cada Conselho organizar sua própria conferência. Disse ser urgente que o Conselho elabore um documento orientador, um calendário para essa conferência, principalmente para dar respostas aos estados e municípios. Falou que a Comissão Organizadora pode construir uma minuta de regimento interno. Em seguida, salientou a importância de haver a reunião do Comitê Executivo para delinear os encaminhamentos sobre a conferência. O Vice-presidente interino **Cristian Ribas (Enegrecer)** relembrou algumas considerações sobre a Conferência, apresentadas pelos conselheiros nas reuniões passadas, que foi a necessidade da Conferência abordar uma reflexão sobre o momento conjuntural que estamos vendo hoje no Brasil. Salientou que esse tema é muito importante para a mobilização dos estados e municípios. Informou que mandou por e-mail a proposta de regimento interno, e que essa proposta foi elaborada se baseado no regimento que foi utilizado na 3º Conferência Nacional de Promoção a Igualdade racial – CONAPIR. Mandou também um documento orientador, um manual de Conferência que foi elaborado por uma consultoria da Universidade Federal do Paraná junto com a Comissão Organizadora da CONAPIR, documento este que traz as principais limitações, dúvidas que os estados, municípios e entidades possam ter com relação à conferência. Sugeriu que em cima desse documento o Conselho fizesse algumas adaptações e a partir disso construir um novo documento que organizasse a Conferência, sugeriu também que se baseassem nas datas propostas pelo regimento interno que também prevê a realização de uma plenária nacional. Questionou se a minuta do regimento interno necessariamente precisa ser aprovada pela plenária ou pode ser somente pela Comissão. O conselheiro **Claudionor Barros (DPU)** disse que acha importante que a minuta seja aprovada pelo plenário. Reforçou a urgência da elaboração dessa minuta. A Coordenadora-geral **Maria Gutenara (CNDH/SDH)** sugeriu que a minuta do regimento interno fosse aprovada na 4º reunião ordinária. Disse que a definição do tema, calendário, eixos e o processo de mobilização são mais importantes e urgentes. O Vice-presidente **Cristian Ribas (Enegrecer)** leu os sub-eixos

que constam no regimento interno e ressaltou a proposta de datas para realização das plenárias. A conselheira **Maria Dirlene (RNFS)** salientou que não daria para o Conselho discutir naquela reunião o regimento interno da Conferência, inclusive por ele ter que ser primeiramente aprovado pela plenária. Reforçou a sugestão da coordenadora Maria Gutenara e sugeriu o envio das propostas por e-mail para serem aprovadas na próxima reunião. Propôs que naquele momento iniciassem as discussões sobre o conteúdo da Conferência. O Vice-presidente interino **Cristian Ribas (Enegrecer)** concordou com a conselheira Maria Dirlene e reforçou a importância de se utilizar o manual de orientações para o Conselho fazer um documento semelhante. Em seguida abriu as inscrições para o início dos debates sobre o tema da Conferência. A Coordenadora-geral **Maria Gutenara (CNDH/SDH)** informou que na reunião passada foi colocado que o tema teria que ser um texto contra o retrocesso em direitos humanos, contra o conservadorismo e que esses temas sejam tratados de uma forma positiva. Lembrou que foi falado muito em educação em direitos humanos e de fortalecer os estados e municípios com o pacto federativo. A conselheira **Maria Dirlene (RNFS)** comunicou que no dia anterior havia feito com alguns representantes do movimento social uma pequena reunião para avaliarem e discutirem sobre temas para a conferência. Concluíram como um tema significativo os direitos humanos e desigualdade social. Propôs como sub tema, a frase “Que País é Esse?” e a partir disso pensar na ideia de um desenvolvimento. Sugeriu que o Conselho fizesse um “brainstorming”. A Coordenadora-geral **Maria Gutenara (CNDH/SDH)** concordou com a ideia de se fazer um “brainstorming” e disse que iria resgatar o tema da Conferência da Pessoa com Deficiência do ano de 2015, pois usaram termos muito bons. Disse que o que as pessoas esperam de uma conferência são respostas, então os conselheiros devem trabalhar em um tema impactante, afirmativo. O conselheiro **Claudionor Barros (DPU)** lembrou o tema da Conferência de Segurança Alimentar, cujo tema foi “Comida de Verdade no Campo e na Cidade”. O Vice-presidente interino **Cristian Ribas (Enegrecer)** sugeriu que os conselheiros também discutissem sobre os eixos, pois esse debate irá contribuir na questão dos temas. A conselheira **Maria Dirlene (RNFS)** disse que o Conselho tem quem pensar em temas mobilizadores, que reflitam o que está acontecendo hoje no Brasil: a crise econômica, ambiental, política, então teria que pensar nesse sentido. Além disso, pensar nos direitos humanos como algo fundamental, que abrange todas as áreas. Disse que a ideia seria a de trabalhar os direitos humanos com o recorte da desigualdade social, e ao pensar nisso, fazer com que as pessoas reflitam que país é esse, o que queremos desse país e o que vamos construir. O conselheiro **Everaldo Patriota (OAB)** disse que o desafio do Conselho no debate seria o de encontrar uma forma de tratar os direitos humanos como uma ideia civilizatória. Salientou que o Conselho deve usar os eixos temáticos para reafirmar os direitos humanos de uma forma abrangente, voltada para a humanidade. O conselheiro **Claudionor Barros Leitão (DPU)** concordou com a fala do conselheiro Everaldo Patriota, disse que a ideia central é a questão dos direitos humanos como uma ideia civilizatória. Defendeu que não podem deixar de tratar na Conferência a situação atual, internacional e nacional que se apresenta na política brasileira. Falou que o norte é seguir por uma linha que trate de todos os problemas vivenciados, os casos vividos nas penitenciárias, a questão dos

movimentos sociais, moradores de rua, as drogas, tudo isso de uma forma aglutinada, e nesse sentido disseminar na sociedade a importância da luta por direitos humanos. O conselheiro **Darci Frigo (Dhesca Brasil)** salientou que o Conselho deve promover como tema da Conferência a ideia de que os direitos humanos são para todos. Disse que para esse momento que estamos vivenciando no país a solidariedade é um valor fundamental, principalmente para as pessoas mais vulneráveis. Destarte, sugeriu que o tema da conferência fosse nesse sentido de direitos humanos para todos. A conselheira **Silvana Abramo (CNJ)** concordou com todas as avaliações feitas e salientou que os conselheiros devem fortalecer o Conselho, fortalecer o processo de participação social pluripartite, e para que alguns movimentos, algumas questões não sejam excluídas sugeriu que os temas fossem específicos. Disse que o fundamental é trazer e qualificar a participação social, estender o direito a ter direitos para todos os momentos, todos os lugares e todas as pessoas. A conselheira **Ivana Farina (CNPNG)** trouxe um vídeo de uma campanha da Associação Brasileira de Imprensa - ABI, que na época fazia parte do CDDPH ,o qual o lema foi “Direitos Humanos, para Ter basta Ser”. Ressaltou que não estava sugerindo o tema do vídeo, mas trouxe para que fosse dado um norte, para tentar tirar uma ideia. A Coordenadora-geral **Maria Gutenara (CNDH/SDH)** disse que outro elemento que esteve presente nas falas dos conselheiros é o valor democracia. Salientou que o Conselho não quer apenas uma democracia consolidada e institucional, mas sim uma democracia popular que vá além dos conselhos e que dê voz aos movimentos populares e à população. A conselheira **Maria Dirlene Trindade (RNFS)** ponderou que os conselhos precisam ter mais autonomia, independência, e o papel do CNDH é levar isso para a sociedade, pois se sabe que há uma rejeição aos movimentos sociais que estão ligados ao governo. Reforçou a importância em se falar na questão da barbárie. Sugeriu que fosse combinado dois temas, a resistência da barbárie e a ideia dos direitos humanos que é o direito a ter direitos, e nessa lógica reafirmar que os direitos humanos são para todos. A Coordenadora-geral **Maria Gutenara (CNDH/SDH)** discordou que o país esta vivendo um processo de barbárie e também não acha que o discurso deva ser em um sentido civilizatório. Disse que o Conselho deve buscar um diálogo com a sociedade, perguntar a eles o que é direitos humanos. O Vice-presidente interino **Cristian Ribas (Enegrecer)** concordou com a coordenadora Maria Gutenara com relação ao conceito de barbárie. Disse que a Conferência tem que fazer uma reflexão sobre a conjuntura, não tendo que ser, ao mesmo tempo, uma agenda de defesa do governo. Sugeriu que o tema fosse relacionado aos direitos humanos, democracia e igualdade, temas simples, mas que imprima a essência dos direitos humanos para todos. O conselheiro **Adelar Cupsinski (CIMI)** disse que o Conselho deve refletir sobre a situação que está sendo vivenciada hoje no Brasil. Reforçou a importância da iniciativa do Conselho em mandar a moção aos governadores e a reunião com os secretários, questões estas coladas anteriormente. Por fim, concordou com a ideia de se ter um tema que relacione a desigualdade social com o avanço nos direitos humanos como um todo. A conselheira **Ivana Farina (CNPNG)** falou que mesmo sendo simplista a frase do tema, o que importa é como será construída a proposta da Conferência. Sugeriu a seguinte frase: Garantia dos Direitos Humanos para Todos e pelo Avanço do Estado Democrático Brasileiro. O conselheiro **Leonildo José (MNPR)** falou da importância

em levar para a população o conhecimento sobre os direitos humanos, que muita das vezes não tem nenhum conhecimento sobre. Disse que esse tema de “ter direitos” precisa de algo mais no meio da frase. O conselheiro **Claudionor Barros (DPU)** sugeriu que fosse montada uma conferência virtual para que todos pudessem dar suas sugestões. A Coordenadora-geral **Maria Gutenara (CNDH/SDH)** concordou com a sugestão do conselheiro Claudionor Barros e completou sugerindo também que fosse criado um site permanente em que existisse uma espécie assembleia para tratar da Conferência. A conselheira **Helena Martins (Intervozes)** propôs que a primeira reunião fosse presencial e as seguintes virtuais. O conselheiro **Cristian Ribas (Enegrecer)** disse que o tema pode ser debatido virtualmente, agora outras questões como a da política da conferência é fundamental ser discutida presencialmente. Sugeriu que a decisão sobre o tema fosse adiado e tentar construir e aprovar o tema em cima dos que já foram colocados. O conselheiro **Vladimir Sampaio (MJ)** disse que não estaria esgotado o debate sobre as sugestões ali colocadas, uma vez que seria muito importante a participação popular. A conselheira **Helena Martins (Intervozes)** sugeriu uma plenária junto com a reunião ordinária para debaterem o tema. Sugeriu também que fosse colocada na internet algumas coisas como uma enquete, algumas sugestões de temas, no entanto, não abriria mão de um espaço presencial, pois talvez o tema seja uma questão política da conferência. O conselheiro **Cristian Ribas (Enegrecer)** sugeriu submeter o tema a uma consulta pública, contudo, esclareceu que essa sugestão não substituiria a questão da plenária. O conselheiro **Darci Frigo (Dhesca Brasil)** sugeriu uma planária aberta para os dias 30 ou 31 de março para debaterem sobre o tema. Propôs que o Conselho chamasse as organizações da sociedade civil, os estados e outras instituições que queiram participar, e a partir daí avançariam na questão da mobilização. Questionou a possibilidade da SDH/PR disponibilizar recursos para trazerem outras pessoas, além dos conselheiros, para essa plenária, porém, entende que há uma dificuldade nisto. **Wellington Pantaleão (SDH/PR)** sugeriu que essa plenária fosse virtual. Informou que a secretaria tem a capacidade de atender até quinhentas pessoas para participarem. A conselheira **Ivana Farina (CNPNG)** sugeriu uma reunião com 50 representantes, ou seja, os titulares mais todos os suplentes das instituições que participaram da eleição do Conselho para o amadurecimento do tema e da Conferência como um todo. Que essa plenária deveria acontecer ainda no mês de março, e as ações posteriores feitas virtualmente. E que dia 30 poderia fazer uma reunião de compilação das propostas. O Vice-presidente interino **Cristian Ribas (Enegrecer)** concordou com a sugestão da conselheira Ivana Farina, disse que é fundamental para o processo de construção da conferência. Propôs que no dia 31 fosse feita uma reunião com a Comissão Organizadora para apresentar as propostas colocadas. A conselheira **Helena Martins (Intervozes)** sugeriu a aprovação de uma reunião da Comissão Organizadora, a aprovação da uma plenária ampliada presencial e a abertura de um processo de consulta virtual em relação ao tema, anterior à plenária. O conselheiro **Cristian Ribas (Enegrecer)** propôs que a conselheira Helena Martins construa junto com a SDH/PR como será o mecanismo de consulta. A conselheira **Helena Martins (Intervozes)** sugeriu que essa consulta fosse tipo um “brainstorming”, uma consulta aberta, para que os participantes possam falar de um modo geral. O conselheiro **Vladimir Lima (MJ)**

propôs que se reúnam quatro ou cinco pessoas e elaborem uma proposta do que se espera dessa consulta e que se apresente na plenária. A conselheira **Silvana Abramo (CNIJ)** sugeriu que os Conselhos e comissões que já operam na SDH/PR sejam ouvidos para colaborarem na elaboração dos eixos temáticos. O Vice-presidente interino **Cristian Ribas (Enegrecer)** esclareceu que após a discussão sobre os eixos, a comissão organizadora ajudaria a sistematizar as propostas para serem apresentadas na plenária. Reiterou que duas propostas tiveram consenso, quais sejam, a primeira é que o Conselho realize uma plenária nacional no dia 31 de março, e a segunda proposta é que seja feita uma consulta pública que desemborque em proposições para a comissão organizadora no dia 30 de março sistematizar e apresentar na plenária do dia 31 de março. Informou ainda da possibilidade de uma reunião onde uma comissão de duas a três pessoas se reuniram para elaborarem a proposta de como vão construir a dinâmica da consulta. A conselheira **Maria Dirlene Marques (RNFS)** abriu a proposta de a plenária nacional ocorrer no dia 30 de março, segunda-feira, ou 27 de março, sexta-feira. A Coordenadora-geral **Maria Gutenara (CNDH/SDH)** disse que essa data da consulta pública não é viável, uma vez que o espaço de tempo para organizá-la é muito curto e que há outras reuniões para o Conselho organizar e participar, principalmente a 4º Reunião Ordinária que será realizada no dia 9 e 10 de abril em Pernambuco e a comissão que acompanhará a conselheira Ivana Farina no júri do caso Manoel Mattos dia 14 de abril, além do fórum Inter Conselhos que ocorrerá nos dias 13,14 e 15 de abril. Informou que o portal PARTICIPA BR do governo federal, coordenado pela Secretaria Geral,/PR e dentro desse sistema poderia se criar uma grande plenária para as contribuições. A conselheira **Maria Dirlene Marques (RNFS)** sugeriu que o Conselho elaborasse o conteúdo da consulta pública para todas as entidades, de forma que os movimentos utilizem seus sites, meios de comunicação para fazer esse contato e que a SDH/PR também o faça para que possa repercutir socialmente. O conselheiro **Cristian Ribas (Enegrecer)** concordou com a proposta da conselheira Maria Dirlene e a partir dessa contribuição das entidades e movimentos disse ser viável fazer essa plenária nos dias 30 e 31 de março. O conselheiro **Darci Frigo (Dhesca Brasil)** cientificou que nos dias 30 e 31 de março haverá um seminário da organização de direitos humanos ligado ao monitoramento do PIDESC e por isso ou coloca a plenária para o dia primeiro de abril, ou para a data proposta pela conselheira Maria Dirlene dia 27 de março, sexta-feira. Sugeriu que o Conselho reavaliasse as propostas de data. O conselheiro **Cristian Ribas (Enegrecer)** sugeriu a plenária para o fim de semana, 27 e 28 de março, sexta-feira e sábado. A Coordenadora-geral **Maria Gutenara (CNDH/SDH)** informou que a SDH/PR não teria orçamento para essa plenária e reforçou que seria um curto espaço de tempo para uma mobilização. A conselheira **Maria Dirlene (RNFS)** disse que a ideia inicial seria a de chamar as entidades que participaram das eleições do CNDH e as que participaram do fórum, inclusive outras organizações, como representantes dos conselhos estaduais, municipais e capitais para ampliarem o debate. O conselheiro **Darci Frigo (Dhesca Brasil)** propôs então a plenária para o dia 13 de abril. A Coordenadora-geral **Maria Gutenara (CNDH/SDH)** sugeriu a plenária aberta para o dia 9 e 10 de abril na 4º Reunião Ordinária e para o júri do caso Manoel Mattos o Conselho designasse uma comissão para acompanhar. A conselheira **Ivana Farina**

(CNPG) informou que evidentemente não poderá comparecer a essa plenária ampliada do Conselho por causa do júri Manoel Mattos. O conselheiro **Everaldo Patriota (OAB)** disse que seria muito simbólico e significativo que o Conselho Nacional dos Direitos Humanos se reunisse em Pernambuco para acompanhar o caso Manoel Mattos. Retomaram-se os debates das propostas de data com relação à conferência nacional, em seguida o vice-presidente **Cristian Ribas (Enegrecer)** anunciou que em consenso ficou decidido as seguintes datas, 1ª Reunião da Comissão Organizadora dia 16 de abril; Plenária ampliada dia 17 de abril, 2ª reunião da Comissão Organizadora no dia 13 de maio. O conselheiro **Darci Frigo (Dhesca Brasil)** salientou que se deve construir uma proposta que garanta o mínimo de participação das organizações nessa plenária nacional e para se verificar a possibilidade de passagens para trazer outras organizações, outros movimentos. Em seguida, questionou o orçamento da conferência nacional. O conselheiro **Wellington Pantaleão (SDH/PR)** disse que quanto à liberação do orçamento para a Conferência não terá problemas dos custos. Salientou que para a plenária nacional teriam que providenciar passagens para titulares e suplentes. A conselheira **Helena Barreto (Intervozes)** sugeriu que a SDH/PR fizesse uma análise das possibilidades de passagens e em seguida trouxesse uma resposta aos conselheiros. O conselheiro **Cristian Ribas (Enegrecer)** sugeriu em se criar uma comissão para que junto com a SDH indicassem as organizações convidadas que, por conta da SDH, irão participar da plenária nacional. Questionou o número de passagens que poderiam ser solicitadas a SDH/PR. O conselheiro **Wellington Pantaleão (SDH/PR)** respondeu dizendo que nenhuma a mais da quantidade de conselheiro titular e suplente que compõe o Conselho. A Coordenadora-geral **Maria Gutenara (CNDH/SDH)** explicou que há um procedimento de envio de uma tabela de passagens para o planejamento da SDH, que o CNDH tem que enviar com antecedência. Salientou que o tempo de planejamento das atividades do Conselho precisa de um tempo maior. Em seguida o Vice-presidente submeteu à votação a aprovação da realização da 4ª reunião ordinária em Recife. Aprovada por unanimidade comunicou que a reunião ocorrerá nos dias 9 e 10 de abril. A conselheira **Ivana Farina (CNPB)** reiterou a realização da reunião para os dias 9 e 10 de abril e informou que para o júri no dia 14 de abril a Ministra Ideli Salvatti e ela estarão presentes. Sugeriu que o ex-conselheiro Dr. Percílio, por sua participação notória no caso, participasse também do júri. A Coordenadora-geral **Maria Gutenara (CNDH/SDH)** propôs que a reunião fosse realizada na Universidade Federal de Pernambuco, pois daria maior visibilidade. O vice-presidente **Cristian Ribas (Enegrecer)** deu por encerrado o ponto de pauta sobre a XII Conferência Nacional. Em seguida, o conselheiro **Aurélio Rios (PFDC)** iniciou a leitura da carta de recomendação aos governadores dos estados. Encerrada a leitura os conselheiros fizeram a pausa para o almoço. Retomada a reunião a conselheira **Helena Barreto (Intervozes)** lembrou que na 2ª Reunião Ordinária havia ficado acordado que as reuniões ordinárias seriam realizadas em um dia, não em dois. Disse que o segundo dia de reunião sempre se nota um esvaziamento, pois as pessoas têm dificuldade de cumprir uma agenda grande. Questionou sobre a possibilidade de mudança dessa dinâmica de dois dias de reunião. Sugeriu que a reunião do primeiro dia começasse mais cedo, podendo até terminar mais tarde. Disse que nessa próxima reunião em Recife poderia permanecer os dois dias, até

pelas demandas, no entanto, a do mês de maio poderia se refletir sobre essa possibilidade, pois muitas coisas podem ser resolvidas via e-mail, internet. O conselheiro **Adelar Cupsinski (CIMI)** sugeriu que futuramente o Conselho poderia casar as reuniões ordinárias com as reuniões das comissões. A Coordenadora-geral **Maria Gutenara (CNDH/SDH)** pediu para registrar na presente ata que essa deliberação da conselheira Helena Barreta será discutida na 5º reunião ordinária do CNDH em maio. O conselheiro **Vladimir de Lima (MJ)** disse que não há necessidade desse assunto ser ponto de pauta da 5º Reunião Ordinária. Falou que quando a comissão fizer e apresentar as propostas para reunião o Conselho a partir disso avaliará a necessidade de um ou dois dias de reunião. O conselheiro **Rildo Marques (MNDH)** retomou o encaminhamento dado na reunião do dia anterior com relação os casos das chacinas em São Paulo, a qual surgiu propostas de datas na mesma linha das propostas sobre o caso Cabula. A Coordenadora-geral **Maria Gutenara (CNDH/SDH)** resgatou os encaminhamentos da reunião do dia anterior que surgiram sobre o caso de violência em Cabula, Salvador. O conselheiro **Rildo Marques (MNDH)** informou que não havia sido dado encaminhamento em relação a esses casos de São Paulo. Relembrou que passou um vídeo das chacinas e o encaminhamento de que seria fundamental a participação da Procuradoria Federal e da Defensoria Pública da União na reunião do dia 26 março sobre os casos. O Vice-presidente interino **Cristian Ribas (Enegrecer)** informou que o conselheiro Aurélio Rios havia se manifestado em relação a esse encaminhamento, no entanto, a proposta ainda não havia sido encaminhada. O conselheiro **Claudionor Barros (DPU)** informou que a DPU está em um processo de cortes de gastos. Disse que o dia 26 de março estaria muito próximo, tendo também que ser observada a regra dos dez dias de justificativa de passagem para o órgão. O conselheiro falou que vislumbra a possibilidade da Defensoria estar presente, mas não necessariamente com um membro do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, a não ser que a SDH/PR viabilize a ida. O conselheiro **Rildo Marques (MNDH)** salientou que esse não é uma ação pessoal, mas sim institucional dos órgãos e é isso que estar solicitando por parte do Conselho, uma participação institucional. O Vice-Presidente interino **Cristian Ribas (Enegrecer)** informou da dificuldade estrutural com relação a passagens, disse que há necessidade de planejamento, no entanto, o Conselho não pode condicionar todas suas atividades a um planejamento, pois assim perderiam o caráter de fiscalização e intervenção. Então nessa audiência pública em São Paulo o Conselho precisa viabilizar as condições, não podendo esperar um mês para encaminhar, assim como outras situações. O conselheiro **Everaldo Patriota (OAB)** concordou que em alguns casos o Conselho não pode condicionar suas atividades a um planejamento, uma vez que surgem casos de urgência. Salientou que o Conselho tem que encontrar uma forma disso acontecer em situações limites. O conselheiro **Claudionor Barros (DPU)** propôs que nesse evento do dia 26 de março o CNDH esteja presente. Disse que tem alguns conselheiros que residem em São Paulo. Além disso, falou que se for possível poderá tentar o mecanismo de urgência na DPU, talvez enviando outro colega. O conselheiro **Rildo Marques (MNDH)** comunicou que não poderia representar o CNDH, pois o evento foi chamado pelo Conselho Estadual o qual é Presidente. Salientou que seria fundamental a presença institucional da PFDC no evento. A

conselheira **Silvana Abramo (CNJ)** informou que no dia 26 de março não poderá comparecer por motivo de agenda, contudo, se comprometeu a buscar a presença institucional do CNJ para o evento. O Vice-presidente **Cristian Ribas (Enegrecer)** sugeriu que se façam convites para instituições de São Paulo que representam o Conselho, por exemplo, para o Conselho Federal de Psicologia. O conselheiro **Claudionor Barros (DPU)** solicitou a coordenadora Maria Gutenara mandar, incontinenti, o convite para que veja a possibilidade de uma solicitação de passagem emergencial. O conselheiro **Everaldo Patriota (OAB)** sugeriu que essa reunião fosse degravada, assim podendo identificar cada familiar que está relatando o caso, a partir disso tomar as medidas. O conselheiro **Claudionor Barros (DPU)** informou que tentaria contatar a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, onde também tem a área de direitos humanos, representada pelo Dr. Carlos Weiss, podendo se fazer presente no evento. O conselheiro **Adelar Cupsinski (CIMI)** reforçou que acha importante a presença do conselheiro Claudionor Barros. O conselheiro **Claudionor Barros (DPU)** solicitou que a SDH/PR entrasse em contato com o Ministério Público Federal, pois mesmo que o Dr. Aurélio Rios não possa comparecer ao evento, verificaria a possibilidade de outro representante, e entraria em contato também com Ministério Público local para dar uma força a mais. A Coordenadora-geral **Maria Gutenara (CNDH/SDH)** comunicou que na reunião do dia anterior o conselheiro Aurélio Rios afirmou que poderia ir até o evento do dia 26 de março. Solicitou que o conselheiro Rildo Marques encaminhasse as informações sobre o evento para que pudesse ser feito os convites. Informou que os convites seriam enviados com intuito dos conselheiros representarem o Conselho no evento. Foi aprovada a ida dos conselheiros Aurélio Rios (PGR) e Claudionor Barros (DPU). A conselheira **Silvana Abramo (CNJ)** irá indicar uma representante do CNJ para participar da reunião em SP. O conselheiro **Leonildo Monteiro (MNRP)** retomou o assunto sobre a disponibilização de passagens em casos de emergência. A Coordenadora-geral **Maria Gutenara (CNDH/SDH)** explicou que a partir das deliberações do Conselho, caso haja necessidade de passagem, é enviada a solicitação para análise da SDH/PR, essa deliberação pode ser acatada ou não. O julgamento é de quem detém o orçamento. Informou que todas as vezes que o Conselho enviou a tabela, com justificativa, a solicitação nunca foi negada, pode ser que aconteça de enviar sem justificativa e ser negado, contudo, em regimes de urgência sempre tem havido a aprovação. O conselheiro **Wellington Pantaleão (SDH/PR)** informou que dentro da SDH/PR existe um comitê de passagens que analisa as comprar com base nos menores custos. Disse que sabe que a SDH/PR é um órgão de muitas urgências, então é claro que em algumas oportunidades há necessidade de emissão de passagens de forma imediata, havendo justificativa. No entanto, como havia dito a Ministra Ideli Salvatti, o Conselho não pode servir como pronto de socorro diante das violações de direitos humanos que acontecem e emitir passagens para acompanhar audiências, conversas. Por fim, disse que a questão das urgências ainda vai passar por muitos diálogos aonde vai se verificar a atuação do Conselho diante das pautas que surgirem e que demandem uma atuação mais urgente. A Coordenadora-geral **Maria Gutenara (CNDH/SDH)** abriu o debate para indicações de conselheiros para participar de reuniões das comissões e grupos de trabalho. Com relação à Comissão “Urso Branco” a indicação para a reunião

ficou em aberto. Informou que será enviado em e-mail para a Comissão para o enfretamento à privação de liberdade. Para a reunião do Grupo de Trabalho estadual Barragens de Acauã, o conselheiro Everaldo Patriota comparecerá na reunião do dia 26 de março. O Grupo de Trabalho Atingidos por Barragens que tem reunião prevista para a segunda semana de abril, ficou definida a participação do conselheiro Darci Frigo. Em seguida, para o Fórum Interconselhos que será um evento promovido pela Secretaria Geral e pelo Ministério do Planejamento, que ocorrerá nos dias 13, 14 e 15 de abril, para a elaboração do PPA, solicitaram a indicação de até 8 representantes do CNDH, da sociedade civil, respeitando a paridade de gênero e regional, ficou definido para a participação a conselheira Maria Dirlene, o conselheiro Leonildo Monteiro, Cristian Ribas e Carlos Magno. A coordenadora informou ainda que a construção desse PPA não se encerra nesse Fórum Interconselhos, haverá um indicativo de um próximo Fórum, provavelmente em junho, ou até antes, para afinar e finalizar o PPA, e antes da realização desse Fórum os responsáveis irão encaminhar um material para orientar os conselheiros na participação. Sugeriu que fosse colocado como ponto de pauta da reunião ordinária uma discussão sobre esse PPA. A coordenadora comunicou também que a conselheira Ivana Farina comporá a Comissão nacional de População e Desenvolvimento. Por fim, disse que das indicações necessárias em curto prazo são essas as deliberações. O conselheiro **Claudionor Barros (DPU)** disse que paulatinamente o Conselho tem que conseguir envolver toda suplência e todos os titulares nas comissões e grupos de trabalho. Em seguida o Vice-presidente interino **Christian Ribas (Enegrecer)** deu início aos encaminhamentos. O conselheiro **Everaldo Patriota (OAB)** questionou se o regimento interno do Conselho já havia sido revisado e encaminhado para o jurídico. A conselheira **Ivana Farina (CNPB)** comunicou que encaminhou a última versão do regimento para a Coordenadora-geral **Maria Gutenara (CNDH/PR)** que disse que depois de enviado pela conselheira Ivana Farina fez algumas observações. Pediu que essas observações fossem analisadas pelo Conselho até o final da reunião. O conselheiro **Adelar Cupsinski (CIMI)** informou que terá uma reunião do movimento indígena entre os dias 11 e 16 de abril, contra a PEC 215. A conselheira **Ivana Farina (CNPB)** sugeriu que a recomendação aos governadores fosse divulgada, naquele mesmo dia, pela Assessoria de Imprensa da SDH/PR. A conselheira **Helena Barreto (Intervozes)** sugeriu que para melhor repercussão, fosse colado no Facebook na página do CNDH, depois colocar imagens dos ofícios com as recomendações sendo enviadas. O conselheiro **Claudionor Barros (DPU)** solicitou que a recomendação fosse encaminhada para os e-mails que assim ele iria pedir para veicular também no site da Defensoria. O conselheiro **Cristian Ribas (Enegrecer)** colocou a necessidade de também ser veiculada a moção sobre a greve da polícia de Tocantins. A conselheira **Helena Barreto (Intervozes)** retomou sinteticamente os relatos com relação ao caso do Jornalista Cristian Góes, para os conselheiros que não estavam presente na hora do informe, e informou que fez uma moção sobre o caso. Em seguida fez a leitura da moção. Durante a leitura surgiram discussões sobre o caso. O conselheiro **Everaldo Patriota (OAB)** disse que, para ele, o desembargador Edson Ulisses está sendo identificado no artigo. O conselheiro **Claudionor Barros (DPU)** concordou com o conselheiro Everaldo Patriota e

completou dizendo que há duas figuras que com esse texto poderiam se sentir atingidas. O conselheiro **Wellington Pantaleão (SDH/PR)** disse que com relação a essa moção, uma vez que já ocorreu um processo legal, em que é garantida a ampla defesa e o contraditório, se sente um pouco preocupado com os limites até aonde o Conselho pode chegar para tratar sobre o caso nessa nota. O conselheiro **Claudionor Barros (DPU)** sugeriu que essa moção de manifestação fosse feita de uma forma mais genérica, levando em consideração a liberdade de expressão. A conselheira **Silvana Abramo (CNJ)** disse que o Conselho não pode julgar o caso, ou seja, nessa nota o Conselho estará re julgando. Falou que essa situação de soltar uma nota para pressionar o STF é delicada. Salientou que não discorda em fazer uma moção, no entanto, que não tenha como objetivo re julgar o caso, uma vez que isso passa a ser inconstitucional. A conselheira **Ivana Farina (CNPJ)** reforçou dizendo que o Conselho não pode entrar no mérito das decisões judicializadas. Disse que concorda que esse texto feito e divulgado pelo jornalista não pode ser motivo para tolhê-lo no exercício da função plena. Em seguida fez sugestões na estruturação do texto. O conselheiro **Vladimir de Lima (MJ)** disse que acha que não é papel do Conselho duvidar das questões judiciais. Salientou que o Conselho tem que ter muita clareza sobre o que o está fazendo, verificar o caso. O conselheiro **Everaldo Bezerra (OAB)** disse que seria de bom tom que em situações como essa fosse designado um relator, qualquer conselheiro, para que tivesse uma cognição mais substancial do fato. Disse que não acha prudente por parte do Conselho atacar uma sentença sem quer conhecer o seu teor, inclusive para evitar atritos desnecessários com o Poder Judiciário. O conselheiro **Claudionor Leitão (DPU)** completou dizendo que o Conselho deve se pronunciar em determinadas questões sobre mérito, desde que tenha a segurança necessária e chegue a uma clara conclusão de que houve realmente uma violação de direitos humanos. O conselheiro **Wellington Pantaleão (SDH/PR)** sugeriu uma moção mais robusta, com mais elementos e melhor trabalhada para que seja um marco do CNDH nessa questão de liberdade de expressão. A conselheira **Helena Barreto (Intervozes)** falou sobre a ausência no Conselho de representantes de entidades que lidam diretamente com o tema da comunicação, inclusive no Brasil que tem pouquíssimo acúmulo sobre comunicação, principalmente os órgãos, as instituições, os agentes públicos que não têm debate sobre isso. Disse que entender que pode ser que esse não seja o momento do Conselho se debruçar sobre essas questões. Com relação à crítica ao judiciário informou que o Conselho já fez por várias vezes moções contra decisões. Esclareceu que essa moção sobre o caso do jornalista busca dialogar com o STF. Salientou que esse é o papel do Conselho, ao manifestar preocupação, não necessariamente está tomando lado, mas sim manifestando preocupação, pedindo alerta, e isso que se espera dessa moção, um alerta com relação à punição que foi dada ao jornalista. A conselheira disse que adoraria que o Conselho se debruçasse sobre o caso, olhasse todo o processo para ter mais substância, inclusive para que se possa tomar outro posicionamento, quem sabe mais incisivo na defesa do jornalista. Por fim, disse que a moção tem o intuito de que a sentença seja reconsiderada. O conselheiro **Everaldo Bezerra (OAB)** perguntou se o que se tem no STF é um HC ou um recurso. O conselheiro **Claudionor Leitão (DPU)** respondeu dizendo que acha ser um recurso extraordinário. O conselheiro **Rildo Marques**

(MNDH) concordou com as colocações dos conselheiros em fazer uma moção mais genérica. Reforçou a fala da conselheira Helena Barreto com relação à falta de representantes e debates sobre a comunicação no CNDH e no Brasil. Salientou que o Conselho e a sociedade precisam aprofundar mais nessa questão. Reforçou também a indicação de um relator para esses casos. A conselheira **Maria Dirlene (RNFS)** disse que tem a necessidade de na moção fazer referência ao caso específico, pois se não for feita não haverá sentido em fazê-la. O conselheiro **Wellington Pantaleão (SDH/PR)** retomou as recomendações feitas, sobre a possibilidade de um relator e depois a produção de uma nota com base no levantamento de todo o processo. Outro ponto que o conselheiro colocou foi sobre uma resolução que tratasse da liberdade de imprensa, de uma forma ampla, com base nos princípios de direitos humanos. O conselheiro **Christian Ribas (Enegrecer)** disse que o Conselho, conseguindo ajustar essa moção, não exclui os outros encaminhamentos e disse que acha importante ter um relator e a elaboração dessa resolução mais ampla. O conselheiro **Wellington Pantaleão (SDH/PR)** salientou sobre o questionamento com relação a que tipos de violações que vão provocar o CNDH sobre esse tema, pois aí entra a análise de até onde o Conselho pode chegar, quais são os limites. A conselheira **Ivana Farina (CNPJ)** comunicou que no texto modificado estaria mencionado o relatório final já existente sobre os profissionais de comunicação, pois em relação aos profissionais de comunicação o CNDH já tem um relatório final aprovado. Disse que aprovada essa moção, o que deverá ser feito é, seguindo os exemplos de atuação feita pelo CNDH, ir até o local onde vai ocorrer o julgamento. De posse dessa manifestação é chegar até o Ministro e dizer que é preocupante os casos que estão ocorrendo, apresentar o relatório final do GT-Comunicadores e levar junto com o caso específico para pedir atenção especial no caso. A conselheira **Helena Barreto (Intervozes)** informou que no dia seguinte a reunião iria estar com o jornalista Cristian Góes em Pernambuco. Disse que o processo está em segredo de justiça, no entanto, vai pedir cópia para voltar a discutir o caso na hora de ir ao STF. O conselheiro **Claudionor Leitão (DPU)** citou algumas entidades da sociedade civil e partidos políticos que estão participando desse caso, CUT, Conlutas, PSTU, PSOL, Universidade de Sergipe, Direito Acadêmico, Abraço, ANEEL, Cáritas da Igreja Católica, Central Sindical de Sergipe, Fórum em Defesa da Grande Aracaju, MNDH, entre outros. O conselheiro **Adelar Cupinski (CIMI)** disse que em relação à resolução acha que tem pessoas que tem mais habilidade política para se manifestar. Falou que concorda com a posição da conselheira Ivana Farina em ter uma estratégia, se apoderar do caso, ter mais segurança e fazer as devidas intervenções. O conselheiro **Rildo Marques (MNDH)** salientou que acha oportuno que o Conselho se manifeste em relação ao caso, mas sempre de uma maneira genérica. Concordou também com as colocações da conselheira Ivana Farina em se fazer uma ação concreta com relação a essa moção, não bastar somente soltar no blog, publicar, tem que ir até o local e entregar. Com relação à possibilidade de um relator, falou que uma vez feita essas ações, eliminaria a ideia desse relator, e somente nomearia um se o STF mantivesse todas as decisões. Por fim falou que o Conselho deve se debruçar na possibilidade de ter uma resolução. A conselheira **Silvana Abramo (CNJ)** manifestou também o seu apoio à proposta de moção e a proposta da conselheira Ivana Farina em fazer as ações. Disse

que suas colocações não teve o intuito de blindar o poder, porém, o Conselho deve buscar uma forma de fazer as coisas de uma forma institucional, para que se possa ter o dialogo com os outros poderes. O conselheiro **Claudionor Leitão (DPU)** comunicou que parece que já teve um recurso extraordinário na área criminal e não foi recebido por questões processuais. Então o que deve constar no STF é no âmbito civil, na questão da indenização. O conselheiro **Everaldo Patriota (OAB)** leu a palavra do Excelso Pretório, do Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADPF referida. Esclarecendo o conselheiro disse que o que consta no STF é uma reclamação porque a decisão deve ter se fundado na lei de imprensa que, na ADPF, o Supremo, por unanimidade, disse que era inconstitucional e não podia ser mais aplicada porque não foi recepcionada pelo texto constitucional. Informou ainda que o CONJUR noticiou que há um controle de procedimento administrativo, pois o juiz designado para o caso foi colocado por meio de uma portaria fora de ordem somente para dar a sentença. Isso está no CNJ e o relator pode a qualquer momento entrar com uma liminar. O conselheiro **Claudionor Leitão (DPU)** disse que acha que a condenação foi por crime de honra, independentemente da lei de imprensa. O conselheiro **Everaldo Bezerra (OAB)** se ofereceu para assumir a relatoria do caso. Encerrando esse tema sobre o caso do jornalista Cristian Góes, o Vice-presidente interino **Christian Ribas (Enegrecer)** comunicou a aprovação do texto da nota sobre o caso Cristian Goes e iniciou a leitura da minuta de carta ao governo de Tocantins sobre a situação dos presos em decorrência da greve da política civil do estado. que depois de feitas as modificações na proposta de texto e por consenso foi aprovada a nota, e encaminhou o caso como ponto de pauta da comissão de liberdade de expressão. Foi iniciado o debate com relação à greve dos policiaes em Tocantins. Em seguida, feitas as considerações e alterações no decorrer da leitura do texto da carta sobre a greve da polícia de Tocantins, a mesma foi aprovada. Ao final da discussão foi resolvido encaminhar as três notas para divulgação: recomendação para os governadores, carta sobre a situação dos presos no estado de Tocantins e a moção sobre o caso do jornalista Cristian Góes. Em seguida, não havendo mais inscritos ou intervenções, o vice-presidente Cristian Ribas encerrou a 3º Reunião ordinária do Conselho.

Anexo – Comissões trabalhadas durante a 3ª RO

- (1) Comissão de direito à cidade; **Dirlene Marques (Rede Feminista);**
 - (2) Comissão direito humano à alimentação adequada **Claudionor Barros Leitão (DPU). Leonildo Monteiro (MNPR);**
 - (3) Defensores de direitos humanos e enfrentamento da criminalização dos movimentos sociais; **Helena Martins (Intervezes), Ivana Farina (CNPNG), Darci Frigo (Plataforma Dhesca), Dirlene Marques (Rede Feminista);**
 - Zé Maria do Tomé
 - Manuel Mattos
 - (4) Situações de privação de liberdade; **Luciana Lóssio (CNJ), Everaldo Patriota (OAB), Silvana Abramo (CNJ), Rildo Marques (MNDH); Fábio Belloni (ABRASME), Vladimir Sampaio (MJ);**
 - (5) Comissões direito a comunicação e liberdade de expressão; **Helena Martins (Intervezes);**
 - (6) Comissão “direitos dos povos indígenas e quilombolas e comunidades tradicionais” **Adelar Cupsinki (CIMI), Claudionor Barros Leitão (DPU), Darci Frigo (Plataforma Dhesca), Cristian Ribas (Enegrecer);**
 - (7) Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública; **Rildo Marques (MNDH), Cristian Ribas (Enegrecer), Wellington Pantaleão (SDH/PR), Ivana Farina (CNPNG), Vladimir Sampaio (MJ);**
 - (7.1) GT “Armamentos de Baixa Letalidade”;
 - (8) Comissão dos Direitos da População de Rua **Leonildo Monteiro (MNPR), Fábio Belloni (ABRASME), Claudionor Barros Leitão (DPU), Ivana Farina (CNPNG);**
- GTs:**
- Soldado Lapoente;
 - “Atingidos por Barragens” (terá vigência até o fim do primeiro semestre);
 - “Monitoramento do PNDH-3”
 - Aníbal Bruno